



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Título: A Etnia Cigana e o Acesso ao Mercado de Trabalho

Eugénia Dias da Silva Ruas Gomes

Mestrado em Serviço Social

Orientador(a):

Doutora Helena Belchior Rocha, Professora Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

agosto 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Título: A Etnia Cigana e o Acesso ao Mercado de Trabalho

Eugénia Dias da Silva Ruas Gomes

Mestrado em Serviço Social

Orientador(a):

Doutora Helena Belchior Rocha, Professora Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

agosto 2025

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, já falecida

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais de que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia nos horizontes de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”

(IAMAMOTO ,2004, p17)

Agradecimentos

A concretização do meu mestrado que culminou com esta dissertação só foi possível graças ao apoio de algumas pessoas às quais agradeço a dedicação.

Começo por agradecer à Professora Helena Belchior Rocha, minha orientadora que acompanhou, por ser a primeira que senti que acreditou em mim e me deu força.

Às minhas amigas Dra. Andreia Vaz, Dra. Ana Sofia Ramos e Dra. Mariana Anes pelo carinho, apoio que sempre me deram e disponibilidade constante.

À minha colega de mestrado Marlen Jau, pelo convívio e pela partilha de dúvidas, trabalho e conhecimento.

À mãe do meu afilhado Irica Morais, que fez várias vezes o meu almoço para eu ter tempo para estudar.

Foram dois anos de batalhas, muito obrigado.

Agradeço também à minha querida mãe, que mesmo não estando fisicamente entre nós, sei que torceu por mim e me apoiou em cada etapa.

Por fim, quero agradecer o meu marido e ao meu filho, sempre os senti comigo, mesmo nos momentos de maior angústia, dúvida e cansaço.

Muito obrigado a todos!

Resumo

Ao longo dos tempos, a comunidade cigana tem sido uma das que mais tem sentido dificuldades de integração social, vivendo frequentemente à margem da sociedade. Esta exclusão social tem tido como consequências a manutenção das gerações no ciclo de pobreza, que só o acesso a um emprego estável poderá pôr termo.

Apesar das políticas sociais que contribuem para o incentivo à formação profissional e ao acesso emprego terem efeito noutras minorias, poucas consequências benéficas têm tido nesta comunidade. Neste sentido, com este estudo pretende-se analisar a relação entre as particularidades culturais da etnia cigana, o acesso à habitação, à educação e o acesso ao mercado de trabalho.

Este estudo foi realizado através de uma metodologia qualitativa de carácter indutivo, recorrendo a entrevistas a 12 indivíduos da comunidade cigana, seis homens e seis mulheres, residentes no concelho de Benavente, uma região distante dos centros urbanos.

Verificou-se que, apesar de a pertença à cultura cigana ser motivo de orgulho, têm sido feitos esforços no sentido de reduzir o abandono escolar precoce dos seus filhos. Contudo, a motivação para os próprios frequentarem ações de formação é reduzida, o que pode dever-se à falta de ligação entre os seus interesses e as ofertas de formação disponíveis. Além disso, sentem discriminação dos empregadores, que frequentemente recusam empregar membros da comunidade, mesmo em tarefas sazonais. Consideram também que viver numa barraca ou em habitação social os estigmatiza e afasta do resto dos membros da sociedade.

Conclui-se que as estratégias de inclusão social devem ser desenvolvidas de forma a envolver o indivíduo e o meio envolvente, a haver uma interligação entre motivações e interesses dos membros da comunidade e a oferta de emprego na região. Adicionalmente, importa continuar a trabalhar no combate ao abandono escolar junto das crianças e jovens ciganos, evitando a hipoteca do seu futuro. Por fim, é desejável que o realojamento das famílias ciganas seja feito dentro da sociedade onde vivem, para diminuir a estigmatização e o preconceito de que são alvo.

Palavras-chave: Ciganos; Pobreza; Emprego; Educação; Habitação

Abstract

Throughout history, the Roma community has been one of the groups experiencing the greatest difficulties with social integration, often living on the margins of society. This social exclusion has led to generations remaining trapped in a cycle of poverty, which can only be broken through access to stable employment.

Although social policies that promote vocational training and employment access have been effective for other minorities, their benefits have had limited impact on this community. Therefore, this study aims to analyze the relationship between the cultural particularities of the Roma ethnicity, access to housing, education, and the labor market.

For this study we choose a qualitative method with an inductive approach was conducted through interviews with 12 individuals from the Roma community, six men and six women, residing in the municipality of Benavente, a region distant from urban centers.

It was found that, despite pride in their Roma culture, efforts have been made to reduce early school dropout among their children. However, motivation for their own participation in training actions is limited, possibly due to a lack of alignment between their interests and the available training opportunities. Moreover, they feel discriminated against by employers, who often refuse to hire members of the community, even for seasonal tasks. They also believe that living in a tent or social housing stigmatizes them and distances them from other members of society.

In conclusion, social inclusion strategies that involve both individuals and their environment should be developed to create a connection between the motivations and interests of community members and the availability of employment in the region. Additionally, efforts must continue to combat school dropout among Roma children and youth, to prevent their future from being compromised. Finally, it is desirable that the relocation of Roma families take place within the society they live in, to reduce stigma and prejudice directed at them.

Keywords: Roma; Poverty; Employment; Education; Housing

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento teórico.....	3
1.1 Estado da arte.....	3
1.2 Características e aspetos culturais da cultura cigana.....	6
1.3 Acesso à habitação.....	8
1.4 Acesso à educação.....	9
1.5 Trabalho formal vs trabalho informal.....	10
Capítulo 2 – Metodologia.....	12
2.1 Objeto de estudo.....	12
2.2 Objetivos de estudo.....	12
2.3 Campo empírico.....	12
2.4 Estratégia de investigação.....	13
2.5 Técnica de recolha de dados.....	14
2.6 Técnica de análise dos dados.....	15
2.7 Princípios éticos.....	16
Capítulo 3 – Apresentação e discussão dos resultados.....	17
3.1 Caracterização da amostra.....	17
3.2 Acesso à educação.....	17
3.3 Acesso à habitação e apoios sociais.....	19
3.4 Acesso ao emprego.....	20
3.5 Cultura cigana.....	23
Considerações Finais.....	29
Referências bibliográficas.....	32
Apêndices.....	v
Apêndice I – Consentimento informado.....	vi
Apêndice II – Guião da entrevista.....	vi
Apêndice III – Transcrição das entrevistas.....	viii
Apêndice IV – Análise do conteúdo das entrevistas.....	xxv

Introdução

Em Portugal, a etnia cigana, que está presente desde o século XV, continua a pertencer à franja da sociedade mais exposta à pobreza, muito devido à baixa escolaridade, às condições de habitação precárias e ao sentimento de discriminação (Magano, 2023). As dificuldades de integração podem dever-se a diferenças culturais, que diferem, em muitos pontos, das sociedades de acolhimento (Matras, 2022).

Desde 2013, a União Europeia tem vindo a desenvolver um conjunto de políticas públicas com vista a promover a escolarização e o acesso à habitação, à saúde e ao trabalho. Em Portugal foi designada a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), que teve início em 2013 através da Resolução de Conselho de Ministros nº 25/2013, de 27 de março (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural [ACIDI], 2013) e cuja vigência foi alargada até 2023 pela Resolução de Conselho de Ministros nº 154/2018, de 29 de novembro. Este prolongamento deveu-se à necessidade de reduzir os níveis de discriminação, preconceito, pobreza e exclusão social que ainda permaneciam, mantendo também o foco no eixo inicial das políticas públicas.

Apesar de algumas melhorias na situação dos ciganos e na forma como são aceites pela sociedade, a dificuldade de os mobilizar para algumas mudanças importantes para a sua integração social, a resistência à escolarização, a perda de recursos económicos, o declínio das suas profissões tradicionais e a obediência às suas normas culturais (ACIDI, 2013).

De facto, as comunidades ciganas continuam a ser particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão, vivendo com poucas condições habitacionais, menos escolarizados e tendo trabalhos precários, além de continuarem a sofrer de racismo e discriminação (Mendes, Magano & Candeias, 2014). As políticas públicas têm priorizado a habitação, a proteção e o apoio social às famílias, sendo necessário investir mais na educação, emprego e formação, saúde e justiça (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

Atendendo a estas dificuldades de acesso à habitação e aos baixos níveis de escolaridade comuns a esta população, define-se como questão de partida deste estudo: *Em que medida as questões culturais, bem como o acesso à habitação e à educação influenciam o acesso ao mercado de trabalho por parte da comunidade cigana?*

O objetivo geral consiste em analisar a relação entre as particularidades culturais da etnia cigana, o acesso à habitação, à educação e o acesso ao mercado de trabalho da comunidade cigana residentes no concelho de Benavente. Tendo sido definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar o impacto das condições de habitação na qualidade de vida e na estabilidade socioeconómica das famílias ciganas.
2. Investigar o nível de acesso e a qualidade da educação oferecida às crianças e jovens ciganos, identificando principais desafios e barreiras enfrentados.
3. Explorar os aspetos culturais da etnia cigana, compreendendo como tradições e valores influenciam a participação no sistema educativo e no mercado de trabalho.

4. Propor recomendações práticas e políticas para melhorar o acesso dos ciganos ao mercado de trabalho, com base nos resultados da análise da tríade habitação – educação – aspetos culturais.

Para a concretização deste estudo recorreremos à metodologia qualitativa recorrendo à pesquisa exploratória, de modo a explicar a relação entre as características culturais e o acesso a habitação, à educação e ao mercado de trabalho no contexto de uma comunidade restrita do concelho de Benavente, estando aqui presente um estudo de caso.

Considerou-se como estudo de caso, a comunidade cigana que vive no concelho de Benavente, longe de um centro urbano, o que torna as oportunidades de acesso ao emprego mais desafiantes, pretende-se não só entender as dificuldades sentidas por esta população pela sua voz, identificar que fatores mais influenciam o acesso ao mercado de trabalho, mas também que possíveis estratégias podem ser adotadas para melhorar este acesso, nesta comunidade que vive longe de um centro urbano.

No capítulo 1 temos presente o enquadramento teórico no qual iremos aprofundar os conceitos chave para o desenvolvimento deste trabalho, abordando as questões inerentes à população cigana, focando as questões das suas características e aspetos culturais, o acesso dos mesmos à habitação bem como à educação e por fim as questões relacionadas com o trabalho formal vs o trabalho informal.

O capítulo 2 foca-se na metodologia que iremos utilizar para a realização deste estudo. Nesta fase irá ser apresentado o objeto de estudo bem como os objetivos específicos inerentes, será apresentado também o campo empírico.

Irá ainda ser abordada a estratégia metodológica que recorreremos para a realização deste estudo de caso, sendo que neste caso em concreto será aplicada a pesquisa exploratória. Ainda neste capítulo serão destacadas as técnicas de recolha de dados assim como de análise de dados e para finalizar serão destacados os princípios éticos para a realização do mesmo. No capítulo 3 apresentamos os resultados e sua discussão e na conclusão faremos a sistematização da dissertação e como este trabalho pode contribuir para a intervenção com esta população.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

1.1 Estado da arte

Nos últimos anos tem sido feito um esforço acrescido no sentido de criar diversos programas de inclusão das comunidades ciganas, como, por exemplo, o Programa de Promoção Social dos Ciganos, com a formação de mediadores ciganos, o Projeto Nómada, com novos projetos educativos, o Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, que salientou a necessidade de uma intervenção articulada, ou o Rendimento Social de Inserção, que colmatou algumas necessidades essenciais destas famílias (ACIDI, 2013). Contudo, as grandes áreas de intervenção – educação, habitação, saúde e emprego – continuam a ter um sucesso muito aquém do esperado, muito devido à postura rígida das comunidades ciganas acerca das suas regras internas relativamente aos direitos e deveres que devem reger todos os cidadãos que desejam ter uma participação ativa na sociedade (ACIDI, 2013).

De acordo com Mendes, Magano & candeias (2024), na área da saúde podemos constatar que o Estado português assegura os cuidados de saúde para todos os indivíduos, estando aqui inseridos os indivíduos de etnia cigana como utentes, beneficiando de todos os cuidados de saúde.

A nova estratégia de integração dos ciganos na União Europeia assenta em três princípios: a igualdade efetiva, a inclusão socioeconómica e a participação. Neste quadro estratégico, a habitação, a educação e o emprego são três dos sete objetivos, onde também se inclui o combate contra o racismo e a discriminação, a redução da pobreza e exclusão social, a saúde e a promoção da participação, através do *empowerment*, cooperação e confiança (European Commission, 2020). No que se refere à habitação foram definidas as seguintes metas: reduzir a disparidade na privação de habitação em pelo menos um terço; reduzir a disparidade na sobrelotação em pelo menos metade e garantir que pelo menos 95% dos ciganos tenham acesso à água da torneira. No eixo da educação, as principais metas consistem em: reduzir a disparidade na participação na educação e acolhimento na primeira infância em pelo menos metade, reduzir a disparidade na conclusão do ensino secundário em pelo menos um terço e reduzir para metade; a proporção de crianças ciganas que frequentam escolas primárias segregadas. Quanto ao acesso ao emprego, pretende-se: reduzir a disparidade de emprego em pelo menos metade, reduzir a disparidade de género no emprego dos ciganos em pelo menos metade e reduzir a disparidade na taxa de jovens que não estudam, não trabalham ou seguem formação em pelo menos metade (European Commission, 2020).

De referir ainda a vulnerabilidade desta população, expressa no Relatório da Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) que, em 2021, revelou que cerca de 96% dos ciganos portugueses viviam abaixo do limiar da pobreza com habitações degradadas e sem trabalho (FRA, 2022).

Uma das estratégias utilizadas em Portugal para o combate à pobreza é o Rendimento Social de Inserção (RSI), que tem como principal objetivo proteger e apoiar pessoas ou famílias que se encontrem numa grave situação de carência económica e em risco de exclusão social. Além da satisfação das necessidades básicas, esta medida pretende ser um veículo para a integração social e profissional, pelo

que é disponibilizado por um período de 12 meses, renovável caso continuem a registar-se carências económicas (Instituto da Segurança Social, I.P. [ISS], 2024).

Segundo os dados da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), o RSI é a principal fonte de subsistência de 33,5% das famílias ciganas e 33,8% contam com o apoio da família. As mulheres são as principais beneficiárias deste rendimento, refletindo as diferenças de género dentro da comunidade cigana (Mendes et al., 2014).

Apesar de beneficiar um elevado número de famílias ciganas, um estudo no concelho de Faro mostrou que esta medida não parece contribuir para a mudança de vida destes beneficiários, sendo apenas uma ajuda para as despesas. Por outro lado, as assistentes sociais que os acompanham têm uma outra perspetiva, considerando que o RSI permite mudar comportamentos, dar autonomia às famílias e contribuir para a sua integração social (Santos, 2013). Analisando o contrato associado ao RSI, verifica-se que tem como obrigações a procura ativa de emprego, a frequência de ações de formação profissional e a continuidade das crianças e jovens na escola desde o ensino pré-escolar até à escolaridade mínima obrigatória (ISS, 2024). Apesar da falta de dados quantificáveis, parece existir uma melhoria das condições de vida, um aumento da escolaridade entre as novas gerações e da frequência do ensino pré-escolar, assim como uma maior procura de formação (Magano & Mendes, 2014). Sendo que esta perspetiva descrita anteriormente vai ao encontro da descrita pelas assistentes sociais de Faro.

Atendendo ao nível de vida das famílias ciganas, e focando na habitação, a maioria vive em condições precárias, com défice no saneamento, sobrelotação nas habitações, e em zonas segregadas bem como com ausência de zonas lúdicas (Molinuevo, Koomen, & Fóti, 2012). Além disso, parece existir ainda uma dupla de discriminação no acesso à habitação. Por um lado, preconceitos que impedem o acesso ao mercado privado de habitação e, por outro lado, o acesso à habitação social (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

Relativamente ao realojamento em habitação social, um estudo em Peso da Régua revelou diferentes sentimentos (uns positivos, outros negativos) dos moradores relacionados com o acolhimento e integração, bem como um nível elevado de satisfação com as condições habitacionais, mas pouca satisfação com o bairro onde foram inseridos. Além disso, foi sublinhada a importância dos Assistentes Sociais no processo de realojamento, mas foi sentida a falta de acompanhamento após o realojamento (Pinto & Monteiro, 2021).

No entanto, ainda existem comunidades ciganas a viverem em acampamentos, como acontece em Évora. Um estudo realizado nesta região mostrou que estas comunidades possuem um forte sentimento de pertença à terra, apesar de viverem em contexto de pobreza e exclusão social. Vivem com grandes dificuldades e falta de condições básicas (eletricidade, água, saneamento, etc.), mas possuem esperança de melhorar as suas condições. Por sua vez, do ponto de vista dos técnicos que os acompanham, há um sentimento comum de que aquelas comunidades aceitaram a sua condição e de que as políticas públicas falharam, principalmente no que se refere aos eixos da habitação e da proteção social (Assunção, 2019).

Relativamente à educação, continua a ser pouco valorizada pela comunidade cigana, ainda que a escola seja um meio privilegiado de integração social (Ramos, 2011).

Dados da ENCC mostraram que 5,5% eram analfabetos, 30% não tinham o 1º ciclo completo, nem nunca tinham frequentado a escola, 39% completaram o ensino básico, 6% completaram o 3º ciclo e apenas cerca de 2,5% completaram o ensino secundário ou superior (Mendes et al.,2014).

Na mesma linha, um estudo realizado por Magano e Mendes (2016) acerca das trajetórias escolares de indivíduos ciganos residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto revelou que 27,1% não sabiam ler nem escrever, cerca de 41,7% frequentaram o 1º ciclo (completo ou incompleto) e, por outro lado, cerca de 2,3% concluíram o ensino secundário, 0,4% completaram o ensino médio/profissional e apenas 0,1% conseguiram prosseguir nos estudos e chegar ao ensino superior. A continuidade do trajeto educativo deve-se não só às políticas e programas públicos, mas também à motivação do próprio, ao tipo de apoio familiar e dos pares assim como à presença de figuras de referência. Em contrapartida, as expectativas por parte dos professores também costumam ser baixas, sugerindo um preconceito relativamente às atitudes dos estudantes ciganos e uma responsabilização da família pelo insucesso escolar (Magano & Mendes, 2016).

Ainda assim, parece haver um esforço no sentido aumentar a frequência escolar. Dados da Direção de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) mostraram que, em comparação com o ano letivo 2016/2017, observou-se um aumento na proporção de alunos ciganos matriculados nas escolas públicas em todos os níveis de ensino. Este aumento foi de 23,7% para 24,3% no 2º ciclo, de 13,9% para 18,6% no 3º ciclo e de 2% para 2,6% no ensino secundário. A exceção foi no 1º ciclo, onde houve uma diminuição de 45,4% para 44,3%. Contudo, este aumento de frequência escolar não é acompanhado pelo sucesso escolar, dado que 48% dos alunos ciganos tinham uma ou mais retenções no ano letivo 2016/2017 (Casa-Nova et al.2022).

Considerando as dificuldades de inserção no mercado formal, um estudo realizado com pessoas ciganas inscritas no Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, além de expor a falta de escolaridade dos indivíduos, principalmente entre as mulheres (25 das 59 mulheres inscritas não possuíam o 4º ano de escolaridade) e a pouca ou nenhuma experiência profissional, revelou que a inscrição no Centro de Emprego estava associada ao benefício do RSI e não por vontade dos próprios. Apesar de as regras para manterem o subsídio serem bastante rígidas, este estudo sublinhou a falta de propostas de formação e trabalho e a desadequação das poucas que existiam. Este estudo concluiu ainda que a discriminação é sentida no contacto com as entidades empregadoras, mas também com as entidades formais de apoio ao emprego (Pereira, 2016).

A propósito das suas tradições ciganas e da representação social de ambos os géneros, entrevistas as mulheres de faixas etárias distintas mostraram que estas continuam a ter a responsabilidade de cuidar da casa e da família, enquanto os homens têm atividades públicas, de regulação das leis da comunidade. É o homem quem domina a relação tendo a mulher pouca liberdade para sair da comunidade, estando interdita à relação próxima e ao convívio com pessoas não ciganos. Contudo, nas últimas gerações esta

tradição parece estar a sofrer mudanças, com algumas mulheres a casarem mais tarde e a poderem frequentar a escola até se graduarem (Rosa, 2022).

No entanto, a representação dos ciganos pelos não ciganos continua a emergir sentimentos de desconfiança e discriminação. Um estudo de Tomé (2014), a propósito das representações dos ciganos na literatura juvenil, revelou que questionar e desconstruir algumas das características negativas associadas ao povo cigano ajudou as crianças do ensino básico a aceitar as diferenças e ter outra perspetiva acerca destas pessoas que vivem na sua comunidade. Deste modo, afirma-se a necessidade de desconstruir os estereótipos associados aos ciganos, uma vez que podem dificultar a comunicação entre a comunidade cigana e a população geral.

Aliás, este estereótipo tem sido uma das causas de discriminação sentidas pelos indivíduos desta etnia, dificultando o acesso à habitação, a integração na escola e a estigmatização no acesso ao emprego (Magano, 2022, 2023).

De salientar que as comunidades ciganas têm um papel fundamental para a sua inclusão na sociedade, através de uma participação ativa, valorizando a sua cultura e promovendo a sua identidade. Só quando a sociedade entender estas questões, é que será possível promover uma sociedade coesa, justa e sem discriminação (DGE,2019).

1.2 Características e aspetos culturais da cultura cigana

A etnia cigana teve a sua origem em Roma, sendo um povo da região de Punjab, situado no nordeste da Índia, falavam o Romani, uma língua indo-europeia, que ainda hoje é parcialmente falada, por algumas comunidades ciganas. Era um povo nómada, que chegou à Europa no início do século XIV e à Península Ibérica no século XV (Britannica, 2023).

Apesar de existirem algumas semelhanças entre costumes e tradições dentro dos vários povos romani, em termos de vestimentas, dança e música, a cultura romani é influenciada pelos contactos com as populações onde se estabelecem (Matras, 2022).

A sociedade romani ou cigana (nome adotado na Península Ibérica) é patriarcal e familiar, abrangendo não só o núcleo familiar mais próximo, mas também outros parentes, de forma permanente ou temporária (Matras, 2022). São famílias numerosas com laços intensos entre os seus membros, destacando-se a influência significativa dos idosos sobre os mais jovens, sendo normalmente o homem mais velho da família considerado o líder e, conseqüentemente, o gestor de conflitos (Rede Europeia Antipobreza Portugal [REAP], 2007; Matras, 2022). Este foco na família traduz-se num fechamento sobre si próprios e na ausência de participação na vida social da sociedade de acolhimento (Magano & Mendes, 2014b).

O nascimento, o casamento e o enterro são eventos muito importantes para a comunidade cigana (Matras, 2022; Santos e Gusso, 2016). As mulheres raramente participam sozinhas em enterros, geralmente acompanham os seus maridos (Matras, 2022). O luto condiciona a vida social e laboral, as

vestimentas passam a ser negras, os homens deixam crescer a barba, e as atividades lúdicas são reduzidas (REAP, 2007). O casamento, endogâmico, exige o consentimento dos pais da noiva, formalizado pela família do noivo. Em comunidades tradicionais, um preço de noiva ou dote pode ser negociado. Casamentos por fuga são comuns, e quase sempre as mulheres mudam-se para a casa do marido, desenvolvendo um vínculo especial com a mãe do marido. Idealmente, o casamento ocorre dentro do mesmo subgrupo étnico. Além disso, o casamento não é religioso, nem é registado pelo Estado, sendo apenas necessário o consentimento da família para ser reconhecido na comunidade (Matras, 2022).

Possuem uma cultura de fomento da beleza, as mulheres gostam de estar arranjadas com tecidos brilhantes e cuidando muito dos seus cabelos; os homens também gostam de estar apresentáveis e é frequente usarem ouro, particularmente anéis simbólicos. A sua música e dança sofreram várias influências, e é frequente realizarem festas fechadas à sua comunidade (Santos & Gusso, 2016).

Homens e mulheres têm papéis diferentes no seio do lar e nas relações comerciais, havendo uma submissão feminina (Magano & Mendes, 2014b). As mulheres cuidam da casa e da família, ainda que partilhem o cuidado com os filhos (Matras, 2022). São elas que assumem o papel de transmitir as normas, os valores e as tradições da cultura cigana (REAP, 2007). Também é comum as crianças ficarem ao cuidado da família mais alargada. Nas relações comerciais, as mulheres trabalham em atividades informais onde estão em contacto com o público, como a venda ambulante, ou leitura da mão na rua. Já os homens preferem uma área comercial mais específica, com parceiros comerciais designados, mas alguma mobilidade (Matras, 2022).

Um dos valores mais importantes nas comunidades ciganas é reduzir o tempo gasto nas atividades económicas ao mínimo necessário para aproveitar o máximo de tempo com a família. Tal atitude é frequentemente entendida como preguiça, pelo que é comum trabalharem por conta própria, sem vínculos contratuais, para organizarem o seu tempo dentro da família (Matras, 2022). Preservam esta liberdade e autonomia e dispensam rotinas fixas e regulamentos, preferindo uma rentabilidade imediata (Matras, 2022; REAP, 2007).

Desde cedo que as crianças participam nas atividades económicas da família. A escola é percebida como contrária à vida quotidiana e tradições familiares, devido às regras rígidas, obediência a autoridades externas, falta de responsabilidades atribuídas às crianças e a separação prolongada das famílias. Para famílias itinerantes ou dependentes do trabalho sazonal dos filhos, a frequência escolar obrigatória é um obstáculo prático. Além disso, há receio de que o contacto com crianças não-ciganas possa levar a envolvimento românticos que alienem as crianças das suas tradições e as separem permanentemente das suas famílias (Matras, 2022).

A maioria dos pais retira os filhos da escola antes da puberdade. O medo das drogas, violência e comportamentos ameaçadores são as razões mais comuns, especialmente em áreas carentes. Outra preocupação é a alienação do ambiente doméstico. Especificamente, temem que meninos e meninas participem em aulas de educação sexual, o que, no contexto romani, seria vergonhoso e envolveria esforços para restaurar a honra na comunidade. A ansiedade não é apenas sobre educação sexual; a

puberdade torna os adolescentes suscetíveis a situações que possam envergonhá-los em termos de honra na comunidade (Matras, 2022). Apesar do sexo ser considerado um tabu no seio da comunidade cigana, as meninas são estimuladas a contrair matrimónio e procriar numa fase precoce assim como a limitar o contacto com indivíduos não ciganos a partir da puberdade (REAP, 2007; Magano & Mendes, 2014b).

Por fim, integrados em habitações sociais ou instalados em habitações precárias nos arredores de vilas e aldeias, as comunidades ciganas ainda são percebidas como ameaças, marginais, pessoas perigosas, que devem ser evitadas. Além disso, são acusados de não quererem trabalhar e de serem subsídio-dependentes relativamente às políticas sociais, sendo frequentemente alvo de discriminação e exclusão social (Santos, 2013).

1.3 Acesso à habitação

A escassez de habitação persiste como um desafio generalizado em Portugal, sendo acentuada em comunidades particularmente vulneráveis, como a comunidade cigana. É comum os jovens casais ciganos permanecerem em casa dos pais do rapaz, mas esta permanência tem vindo a prolongar-se no tempo, acabando por coexistirem na mesma habitação um agregado cada vez maior, dado que esta comunidade continua a ter um número elevado de filhos (Mendes, et al., 2014).

Estas habitações são, geralmente, em empreendimentos de habitação social, construídas ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER). Nestes empreendimentos, as comunidades vivem aglomeradas em prédios sem manutenção, separados dos não-ciganos, sem espaços verdes e, por vezes, longe de transportes públicos, o que diminui a acessibilidade e aumenta a exclusão social (Mendes, Magano & Candeias, 2014). No entanto, ainda existem pessoas da comunidade cigana a viver em casas sem condições de salubridade, demonstrando a necessidade de intervenção do Estado na sua proteção social (Mendes, et al., 2014).

Dado que esta população continua a confrontar-se com problemas de pobreza e exclusão social, agravadas por condições habitacionais precárias, uma abordagem crucial para a integração das comunidades ciganas é a criação de espaços habitacionais que atendam às necessidades específicas desta população (ACIDI, 2013). Neste sentido, Mendes (2023) defende a participação das pessoas ciganas em todo o processo de realojamento, desde o desenho até à monitorização, e integrando setores como a justiça e a saúde, por exemplo, e organizações ciganas locais. Ainda na mesma linha de pensamento, Coelho (2013) considera que a atribuição de habitação às famílias ciganas em situação de realojamento deve ser acompanhada por uma intervenção social com acompanhamento social e gestão de proximidade no sentido de responsabilizar as famílias pelo uso adequado da habitação e do espaço envolvente.

Importa ainda refletir sobre a discriminação no acesso à habitação, reforçada pelos estereótipos associados à comunidade cigana. Existe uma clara dificuldade acrescida no acesso ao mercado habitacional, mas também uma segregação habitacional, quer pelos outros habitantes do bairro que

olham com desconfiança para os novos vizinhos, quer pelos próprios programas de realojamento, que os guetiza em habitações sociais (Alves, 2018).

1.4 Acesso à educação

Um dos eixos essenciais para a integração da comunidade cigana é a educação, dado que o insucesso escolar e o abandono escolar precoce impugnaram o acesso ao mercado de trabalho formal e a garantia das condições básicas de vida (ACIDI, 2013; Magano, Mendes & Gomes, 2016). No entanto, a promoção da escolaridade ainda é muito limitada para esta comunidade, mantendo-se um elevado índice de analfabetismo e de abandono escolar, sendo raros os casos de indivíduos ciganos que cumprem o 3º ciclo de escolaridade e ainda mais raros os que chegam ao Ensino Superior (Magano, et al., 2016).

O abandono escolar é comum a partir do 2º ciclo, principalmente por parte das raparigas, que são incentivadas a abandonar a escola a partir do início da adolescência. Continua a verificar-se uma subalternidade das raparigas, mantendo-as no espaço familiar, sob vigilância da família e da comunidade. Além disso, a escola é vista como pouco útil para a vida da mulher cigana devido ao seu papel na família (Mendes, et al., 2014, Casa-Nova, Aydin & Moreira, 2022). Um estudo de Magano (2023) revelou que raparigas provenientes de famílias mistas, criadas por outros familiares externos à comunidade ou instituições de acolhimento, prolongam o tempo de escolaridade.

A maioria das crianças e jovens que vão permanecendo na escola não o fazem por vontade de aprender e concluir o ensino obrigatório, mas sim pelo receio dos pais de perderem o RSI. Esta medida obriga as crianças e jovens a permanecer na escola, contudo o insucesso escolar é ainda bastante comum (Mendes, et al., 2014). Apesar deste insucesso a permanência na escola permite desenvolver relações com pessoas não ciganas, o que parece estimular não só a ida à escola, como também a integração no mercado de trabalho (Magano, 2010).

Além disso, os projetos locais com respostas alternativas de educação parecem estar a dar alguns frutos, como é o caso do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) ou os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) que tem motivado as crianças a concluírem o 2º e 3º ciclos (Mendes, et al., 2014, 2020). Contudo, o que se verifica é a constituição de turmas com uma percentagem elevada de alunos ciganos, o que torna estas medidas segregadoras (Mendes et al., 2020).

Adicionalmente, estes programas são pouco exigentes e o nível de conhecimento transmitido é reduzido, o que contribui para manter uma desvantagem escolar e social com consequências na integração social (Casa-Nova, 2018).

Diversas estratégias educativas têm sido implementadas em diversos grupos sociais, contudo poucas têm tido um sucesso visível junto desta comunidade (ACIDI, 2013). Para a ACIDI, a escola deve ser um espaço de partilha entre a comunidade maioritária e as minorias, uma vez que não atua apenas na escolarização das crianças, mas também na integração destas minorias. Neste sentido, é importante desenvolver projetos educativos que motivem esta comunidade e que, simultaneamente, respeitem as

suas tradições, sendo fundamental ter professores motivados para adequar os planos pedagógicos a todos os alunos que frequentam a escola (ACIDI, 2013, Mendes, et al., 2014).

Um dos fatores que devemos refletir é sobre o ambiente escolar, como estas crianças e jovens se sentem na escola, que deve adotar um ambiente inclusivo. O ponto-chave desta inclusão deve ter por base a relação que se estabelece entre alunos, docentes, pessoal não docente e as famílias dos alunos, para que entre todos se possa discutir a situação escolar do aluno, com o intuito de otimizar o seu sucesso escolar e pessoal, evitando ambientes de conflito e situações de violência. Quando existem problemas escolares, é importante alertar as famílias, trazê-las às escolas para haver uma conversa onde se colocam todos os pontos de vista e para que seja possível resolver a situação da melhor forma possível (DGE, 2019). Podemos afirmar que, um ambiente escolar inclusivo, assume a diferença, valorizando a identidade de cada aluno, ou seja, é importante identificar a diferença, caso contrário estaríamos perante desigualdade e ao assumir as diferenças estamos a promover a igualdade e a inclusão. Quanto maior for o envolvimento dos pais com a escola, maior será o sucesso académico e pessoal dos jovens (DGE, 2019).

1.5 Trabalho formal vs trabalho informal

Além da educação, a inserção profissional representa um eixo essencial no processo de integração da comunidade cigana na sociedade, pelo acesso ao rendimento, mas também a uma identidade e estatuto social. No entanto, os fatores culturais e o isolamento social, por um lado, a discriminação e a estigmatização, por outro, acabam por dificultar o acesso ao trabalho. Neste sentido, é importante que os indivíduos da comunidade cigana sejam sensíveis à necessidade de desenvolverem competências técnicas e sociais, que podem ser adequadas às suas particularidades, mas também estimular a oferta de emprego ou a criação do próprio emprego (ACIDI, 2013).

De facto, a maioria das famílias ciganas privilegiam o trabalho independente. Muitos estão desempregados, ou sustentam-se através da venda ambulante ou de trabalho sazonal, sendo que uma elevada percentagem apresenta o RSI como a sua principal fonte de rendimento. Apesar de as mulheres ciganas viverem mais fechadas na comunidade, é comum trabalharem ao lado dos seus maridos nas feiras, participando desde a montagem do espaço à venda. Os homens são responsáveis pela negociação e aquisição dos produtos (Mendes, et al., 2014). Os casos de sucesso, de conclusão do ensino obrigatório e inserção no mercado de trabalho formal são ainda pouco comuns (Mendes, et al., 2014).

Dois fatores são apontados para a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: por um lado, atitudes discriminatórias dos empregadores e, por outro lado, a falta de competências formativas e sociais por parte dos indivíduos da comunidade (Mendes, et al., 2014).

Na procura de emprego, sentem que as recusas contínuas se devem à sua origem cigana, o que, por vezes, leva alguns ciganos a esconderem a sua etnia. Quando conseguem integrar-se no mercado de trabalho formal sentem que têm de estar sempre a provar as suas competências (Magano, 2023).

As faltas de competências formativas têm vindo a ser colmatadas com oferta de formação profissional, que está inserida nas medidas associadas ao RSI. Entre estas medidas destacam-se a adaptação dos currículos e de estratégias de ensino a alunos adultos, particularmente, das comunidades ciganas, bem como o Programa Novas Oportunidades (desde 2014 designado como Rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional), que têm como objetivo a reinserção no sistema de ensino (Gomes, 2013). Em particular, algumas políticas públicas parecem estimular a participação das mulheres ciganas. O Programa Escolhas e sobretudo o Projeto Mediadores Municipais têm permitido que as mulheres desempenhem funções associadas à dinamização cultural, mediação municipal e mediação sociocultural (Magano, 2023). Adicionalmente, o projeto Opré Chavalé, promovido pela plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, em colaboração com a Associação Letra Nómadas e o Programa RomaEduca, tem possibilitado a frequência das mulheres ciganas no ensino superior, através da criação de bolsas de estudo (Magano, 2022).

A relação dos indivíduos ciganos com o trabalho formal é pouco representativa. O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, realizado em 2014, sustenta esta afirmação, uma vez que 79,5% dos indivíduos nunca fizeram descontos para a Segurança Social, cerca de 32,5% porque não trabalhavam, 6,6% auferiam rendimentos baixos, e 3,8% porque não possuíam contrato de trabalho. Uma percentagem residual desconhecia a obrigatoriedade de fazer descontos, ou não possuía literacia financeira (Mendes, et al., 2014).

Capítulo 2 – Metodologia

2.1 Objeto de estudo

É de consenso geral que a habitação desempenha um papel crucial na qualidade de vida e na estabilidade familiar, influenciando diretamente o desempenho escolar e a integração social dos indivíduos. A educação, por sua vez, é um fator determinante para a aquisição de competências e conhecimentos necessários para competir no mercado de trabalho. No entanto, os aspetos culturais específicos da etnia cigana, que culminam tradições, valores e práticas comunitárias, podem tanto facilitar como dificultar esta integração. Neste âmbito, a presente dissertação pretende responder à seguinte questão: Em que medida as questões culturais, bem como o acesso a habitação e à educação influenciam o acesso ao mercado de trabalho por parte da comunidade cigana? A partir desta questão emerge outra, que se relaciona com o contributo do Serviço Social na resposta a esta integração.

Por conseguinte, o objeto de estudo deste trabalho é a análise da tríade habitação – educação – aspetos culturais e o seu enquadramento no acesso ao mercado de trabalho da etnia cigana. Este estudo pretende compreender como esses três elementos interagem e afetam as oportunidades de emprego da população cigana, visando identificar barreiras e propor um conjunto de linhas orientadoras que promovam uma inclusão mais efetiva e equitativa no mercado de trabalho.

2.2 Objetivos de estudo

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre as particularidades culturais da etnia cigana, o acesso à habitação, à educação e o acesso ao mercado de trabalho da comunidade cigana residente no concelho de Benavente. Para concretizar este objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos:

5. Analisar o impacto das condições de habitação na qualidade de vida e na estabilidade socioeconómica das famílias ciganas.
6. Investigar o nível de acesso e a qualidade da educação oferecida às crianças e jovens ciganos, identificando principais desafios e barreiras enfrentados.
7. Explorar os aspetos culturais da etnia cigana, compreendendo como tradições e valores influenciam a participação no sistema educativo e no mercado de trabalho.
8. Propor recomendações práticas e políticas para melhorar o acesso dos ciganos ao mercado de trabalho, com base nos resultados da análise da tríade habitação – educação – aspetos culturais.

2.3 Campo empírico

O universo em estudo inclui indivíduos de etnia cigana que residem no concelho de Benavente, distrito de Santarém. Segundo dados da Câmara Municipal de Benavente (CMB), residem 341 indivíduos de etnia cigana no concelho, que se dividem por 84 agregados familiares. Destes, 31 são acompanhados

pela CMB, sete vivem em habitação social e 24 em contentores, barracas e casas de alvenaria. A grande maioria, 71 agregados, são beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Deste universo foram selecionados seis casais em idade ativa beneficiários do RSI, que demonstraram interesse em participar no estudo, tendo sido selecionados estes 6 casais porque detemos que seriam indivíduos com uma opinião crítica assim como demonstram interesse de inclusão perante a sociedade. Esta seleção foi feita numa análise de campo, em que a assistente social, munida da lista dos 71 agregados familiares, se dirigiu à zona de encontro da comunidade, explicou o seu objetivo de investigação a alguns membros, que depois indicaram outros que poderiam estar interessados em participar.

Após explicar detalhadamente o objetivo do estudo e a forma como iria decorrer a entrevista a cada um dos entrevistados foi lido o consentimento informado (cf Apêndice I), que foi assinado como forma de provar a aceitação da participação.

2.4 Estratégia de investigação

Para atingir os objetivos deste estudo, optou-se por uma pesquisa exploratória, que tem como finalidade explicar e explorar a relação entre as características da comunidade cigana e o acesso à habitação, à educação e ao mercado de trabalho. Esse tipo de pesquisa é desenvolvido para oferecer uma visão geral e aproximativa sobre determinado fenómeno, o que pode incluir um levantamento bibliográfico aprofundado e entrevistas com pessoas envolvidas na problemática em questão (Gil, 2008).

Tendo este trabalho o objetivo de explicar a relação entre as características culturais e o acesso à habitação, à educação e ao mercado de trabalho no contexto de uma comunidade restrita do concelho de Benavente, este trabalho define-se como um estudo de caso.

O estudo de caso, conforme Yin (2009), é uma investigação empírica de problemas contemporâneos no seu contexto, especialmente útil para responder a questões de “porquê” e “como”. Gil (2008) ressalta que esse tipo de estudo permite um conhecimento detalhado e profundo ao examinar de forma exaustiva um ou mais objetos. Segundo Yin (2009), estudos de caso são necessários para compreender fenómenos sociais complexos, como esta relação entre as características culturais de uma comunidade e o acesso ao mercado de trabalho. Ventura (2007) aponta que, apesar das vantagens, como a análise aprofundada e a capacidade de evidenciar diferentes dimensões do fenómeno, o estudo de caso pode dificultar a generalização dos resultados e requer um tempo considerável de pesquisa.

Este estudo de caso adotou uma abordagem qualitativa, dado que se pretendia explicar um fenómeno complexo e difícil de ser quantificado, focando-se na compreensão, descrição aprofundada e explicação do mesmo (Silveira & Córdova, 2009; Santo, 2015). As principais características dessa abordagem incluem a recolha de dados em ambientes naturais, o papel ativo do investigador, e a ênfase na interpretação e compreensão das perspetivas dos participantes (Bodgan & Biklen, 2006).

Neste sentido, a abordagem qualitativa explora o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, permitindo uma análise mais profunda das relações, processos e fenómenos

que não podem ser simplesmente reduzidos à operacionalização de variáveis. Deste modo, a pesquisa qualitativa possibilita a construção e revisão de novas abordagens, conceitos e categorias, respeitando a diversidade inerente ao fenómeno estudado dentro de uma sociedade (Minayo, 2010).

Pode-se referir que o acompanhamento das equipas de terreno, nomeadamente das equipas de RSI, é bastante importante para a promoção de uma integração efetiva dos indivíduos na sociedade nas suas diversas vertentes.

A forma como os técnicos desempenham as suas funções é fundamental para a promoção de competências das famílias, uma vez que são estes técnicos que realizam uma avaliação socioeconómica e familiar dos agregados e aferem as suas necessidades, pontos fortes e fracos e em articulação com os diversos serviços promovem a adoção de atitudes e comportamentos ajustáveis.

2.5 Técnica de recolha de dados

Um dos instrumentos mais utilizados na pesquisa qualitativa é a entrevista, que permite a recolha de dados descritivos diretamente na linguagem dos participantes, ajudando o pesquisador a compreender a forma como interpretam diferentes aspetos do quotidiano (Bogdan & Biklen, 2006). Gil (2008) caracteriza a entrevista como uma forma de interação social, onde o entrevistador procura recolher dados para a sua pesquisa, enquanto o entrevistado atua como fonte de informação. Esta interação confere à entrevista uma flexibilidade única, permitindo ao pesquisador esclarecer dúvidas, observar expressões corporais e captar nuances que outros métodos podem não revelar.

Entre as principais vantagens da entrevista estão a profundidade dos dados obtidos, a riqueza de informações captadas, a possibilidade de identificar discrepâncias e a flexibilidade para adaptar-se ao entrevistado. Contudo, esse método também apresenta desafios, como a potencial inibição dos entrevistados, a influência não intencional do entrevistador, a falta de motivação ou confiança por parte dos entrevistados, e a complexidade na análise dos dados recolhidos (Gil, 2008; Marconi & Lakatos, 2003; Duarte, 2002). Para mitigar estas limitações, Duarte (2002) sugere estabelecer critérios claros para delimitar a pesquisa, definir cuidadosamente o número de entrevistados, evitar perguntas indutivas e manter o foco no objetivo central do estudo.

As entrevistas podem variar no seu grau de estruturação. Gil (2008) classifica-as em informais, focalizadas, por pautas e estruturadas. A escolha do tipo depende dos objetivos da pesquisa e da experiência do pesquisador. No contexto de pesquisadores menos experientes, a entrevista estruturada, baseada num guião pré-determinado, oferece vantagens significativas, uma vez que permite manter um padrão consistente de questões (Gil, 2008).

A construção do guião revelou-se uma das partes fundamentais deste estudo, tendo sido definidas quatro dimensões:

1. Educação, que visa recolher dados relativos à escolaridade do próprio e dos filhos;
2. Habitação e apoios sociais, que tem como objetivo caracterizar o tipo de habitação, as fontes de

rendimentos e o tipo de apoios sociais que os entrevistados possuem;

3. Emprego, que pretende explorar o tipo de formação e emprego, bem como as questões relativas à procura ativa de emprego, a receptividade dos empregadores e a representatividade do emprego na vida do entrevistado;
4. Cultura cigana, que procura entre a representatividade da cultura para o entrevistado, as suas dificuldades, mas também a identificação de possíveis alterações dentro da comunidade e adotadas pelo governo para melhorar o acesso ao emprego da comunidade cigana.

Estas dimensões foram distribuídas por um total de 20 questões, elaboradas no guião de entrevista, que serviu de apoio durante a sua realização, conforme apresentado no Apêndice II.

Deste modo, para cada uma das dimensões acima referidas foi desenvolvido um conjunto de questões semi-diretivas, no sentido de permitir que os entrevistados pudessem refletir e discursar com alguma liberdade, procurando não sair do enquadramento do guião, para, assim, conseguir uniformizar a informação obtida e facilitar a análise (Quivy & Van Campenhoudt, 2008).

Por uma questão de facilitar a comparação das perspetivas entre ambos os membros de cada casal, as entrevistas foram desenvolvidas em privado com o auxílio de um gravador áudio, sendo posteriormente transcritas (Apêndice III).

2.6 Técnica de análise dos dados

De forma a compreender sistematicamente a perspetiva de cada um dos entrevistados acerca do acesso à educação, habitação e emprego, assim como de alguns aspetos relativos à comunidade cigana, procedeu-se à análise do seu conteúdo.

Bardin (2009) descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas que visa examinar as comunicações de forma sistemática e objetiva, permitindo a obtenção de indicadores que permitem inferir o conteúdo dessas comunicações. A codificação desse processo envolve a transformação dos dados brutos numa representação estruturada do conteúdo, através de processos como recorte, agregação e enumeração (Bardin, 2009).

Para interpretar melhor o conteúdo das respostas, após uma leitura minuciosa, é essencial agrupá-las, classificá-las e categorizá-las. De acordo com Carmo e Ferreira (2008), a escolha das categorias deve ser feita com cuidado, garantindo que sejam exaustivas, abranjam todos os objetivos, sejam exclusivas, objetivas o suficiente para que qualquer pessoa as entenda da mesma forma, e pertinentes, ou seja, diretamente relacionadas aos objetivos propostos e ao conteúdo analisado. Neste caso, as categorias correspondem às variáveis exaustivamente descritas no enquadramento deste trabalho, a saber:

1. Acesso à educação: escolaridade e escolaridade dos filhos;
2. Acesso à habitação e apoios sociais;
3. Acesso ao emprego;
4. Cultura cigana.

Para além das categorias, foram definidas subcategorias ou unidades de registo, que indicam a significação a codificar, e também as unidades de contexto, onde se encontram os fragmentos de texto que contextualizam a unidade de registo (Bardin, 2009). Assim sendo, cada entrevista foi analisada e preenchida a grelha de análise de conteúdo, com as respetivas categorias, subcategorias e unidades de contexto, a qual se apresenta no Apêndice IV.

2.7 Princípios éticos

Este estudo cumpre os princípios éticos previstos no Código de Conduta do ISCTE (Despacho nº 86/2016-ISCTE-UL), nomeadamente a honestidade, a fiabilidade, o rigor, a objetividade, a integridade, a responsabilidade e a confiabilidade.

Antes de cada entrevista foram explicados os objetivos do estudo aos participantes, bem como os critérios de confidencialidade, anonimato e livre vontade de abandonar a entrevista a qualquer momento. Aos participantes foi também lido o consentimento informado, posteriormente assinado por cada um. O anonimato foi assegurado, identificando-se os participantes do género feminino com um código alfanumérico de A1 a A6, e os do género masculino com um código de B1 a B6.

Capítulo 3 – Apresentação e discussão dos resultados

3.1 Caracterização da amostra

A amostra foi constituída por seis casais de pessoas de etnia cigana, residentes no concelho de Benavente. A idade dos participantes variou entre os 22 e os 52 anos e apenas um dos casais (A6/B6) tinha no seu agregado um só filho, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização geral da amostra

Mãe	Pai	Filhos	Habitação
A1 – 50 anos	B1 – 52 anos	5 filhos: 19, 25, 28, 32, 34 anos	Habitação social
A2 – 52 anos	B2 – 48 anos	4 filhos: 13, 18, 23, 28 anos	Contentor
A3 – 25 anos	B3 – 26 anos	2 filhos: 2, 6 anos	Barraca
A4 – 37 anos	B4 – 34 anos	4 filhos: 18 meses, 5, 9, 13 anos	Habitação social
A5 – 22 anos	B5 -26 anos	3 filhos: 2, 3, 5 anos	Habitação social
A6 – 39 anos	B6 – 35 anos	1 filho: 3 anos (problemas de saúde)	Barraca

De notar que é provável que os casais de mais idade não tenham os filhos todos a seu cargo, contudo consideram pertencer ao agregado por viverem perto e continuar a haver um convívio diário e um espírito de entreaajuda entre todos os membros.

3.2 Acesso à educação

A escolaridade dos participantes revelou ser bastante rudimentar, nenhum possui a escolaridade mínima obrigatória. A1, A2 e B2 nunca frequentaram a escola e o casal A2/B2 não tinham essa vontade, mesmo que tivessem a oportunidade. A3, B4 e B5 completaram apenas o 1º ano, A4 completou o 3º ano, B1, A6 e B6 completaram o 4º ano (1º ciclo), A5 completou o 5º ano e B3 foi o entrevistado que completou mais anos de escolaridade, tendo concluído o 7º ano.

Ao contrário do casal A2/B2, os restantes entrevistados mostraram vontade de ter estudado mais, alguns porque teriam

“mais oportunidades de trabalho” (B3, A5, A6) e outros

“para ajudar os (...) filhos nos trabalhos de casa” (A4).

A falta de incentivo e apoio para continuar os estudos foi refletido por A3, B4, B5. Por sua vez, B1 sublinha que

“antigamente não nos punham a estudar”

e B6 considerou que “não era bem aceite na escola”,

o que se refletiu no abandono escolar precoce.

Quanto à escolaridade dos filhos dos entrevistados, podemos observar alguma sensibilidade acerca

da necessidade de manter os filhos na escola nos entrevistados mais novos, comparando com os casais mais velhos. Os filhos do casal A1/B1 frequentaram a escola até ao 4º, 5º e 6º ano, enquanto a filha só concluiu o 1º ano. O casal A2/B2 tinha dois filhos com problemas cognitivos, um tinha completado apenas o 2º ano e o mais novo (13 anos) ainda frequentava o 6º ano. As duas filhas do meio (18 e 23 anos) completaram o 12º ano e o 5º ano, respetivamente. Podemos, assim, afirmar que as estratégias adotadas pelas escolas e pelo Estado têm vindo a surtir algum efeito nas populações mais jovens, sendo ainda um longo caminho a seguir, mas que, aos poucos, tem vindo a revelar resultados.

Os casais mais novos com filhos em idade de frequentar a creche, em geral, ficavam em casa, em alguns casos por opção dos pais (A3/B3, A4/B4), noutros por falta de vaga na creche (A5), ou ainda por falta de resposta às necessidades especiais da filha (A6/B6). O casal A4/B4 tinha uma das crianças a frequentar o ensino pré-escolar. E os filhos destes casais em idade escolar estavam quase todos a frequentar o ano respetivo, ou seja, o menino do casal A3/B3, com 6 anos, estava a frequentar o 1º ano e o filho de 9 anos do casal A4/B4 estava a frequentar o 5º ano. Apenas o filho mais velho deste casal estava a frequentar o 5º ano com 13 anos, contudo não foi possível perceber se se devia a ter entrado mais tarde na escola, ou se estava a perder a motivação.

Tanto o relatório da Organização da Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE, 2017) como o da Comissão Europeia (2019) revelaram que a educação pré-escolar tem um forte impacto académico e socio emocional nas crianças, particularmente nas que vivem em contextos socioeconómicos desfavorecidos, melhorando os seus resultados escolares e a sua integração social. No mesmo sentido, Hurt e Betancourt (2017) reforçam a necessidade de as crianças das comunidades ciganas terem experiências educacionais de qualidade, de forma a combater as desigualdades e a exclusão social, contribuindo para quebrar o ciclo de desvantagem transmitido intergeracionalmente.

Os dados do Perfil Escolar das Comunidades Ciganas – 2020/2021, 2018/2019 e 2016/2017 mostram que o número de crianças destas comunidades tem aumentado a frequência do ensino pré-escolar (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], 2018, 2020, 2023). Estes dados refletem o aumento de confiança das famílias destas comunidades na escola, contudo a taxa de abandono escolar face ao total de alunos das comunidades ciganas matriculados é ainda preocupante, com 20% no ensino secundário, 14,8% no 3º ciclo do ensino básico, 18,9% no 2º ciclo do ensino básico e 7,4% no 1º ciclo do ensino básico (DGEEC, 2023). A percentagem de abandono é ligeiramente superior nas raparigas, com 13,5%, comparativamente aos 12,1% nos rapazes (DGEEC, 2023). Esta diferença é pouco significativa, o que pode ser um bom indicador da integração das mulheres ciganas no mercado de trabalho nas futuras gerações.

Este abandono escolar tem de ser tido em conta, uma vez que a educação é um dos pilares de entrada no mercado de trabalho, de integração social e de melhoria das condições de vida. Uma das formas de reduzir este abandono escolar é harmonizar os aspetos mais significativos da vida familiar e da escola da criança, procurando entendimentos entre estes dois mundos, que devem ser incorporados no seu processo educativo, de forma a reforçar o sentimento de pertença e de autoestima (Direção-Geral da

Educação [DGE], 2021).

3.3 Acesso à habitação e apoios sociais

O outro pilar que expõe a fragilidade económica e a exclusão social da comunidade cigana prende-se com o acesso à habitação. Por conseguinte, metade dos casais entrevistados (A1/B1, A4/B4, A5/B5) vivia numa habitação social, com acesso a água, eletricidade e saneamento básico, e a outra metade (A2/B2, A3/B3, A6/B6) vivia numa barraca, onde o acesso às condições básicas de vida era rudimentar.

Estes dados acerca do tipo de habitação mais comum na etnia cigana são também refletidos no inquérito do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2018). Este inquérito refere que a população de etnia cigana representa apenas 0,35% da população residente em Portugal, e ocupa 3% da oferta de habitação social nacional, contudo, cerca de 48% do total destas famílias habita neste tipo de habitação e cerca de 32% reside em alojamentos não clássicos, cujas condições habitacionais são precárias e com impacto na saúde (Ferreira, 2016).

As três famílias entrevistadas que viviam em barracas não tinham acesso a água, eletricidade e saneamento básico, o que reflete a necessidade de realojamento urgente, em habitação condigna. De facto, as políticas de habitação em Portugal continuam a ser insuficientes, não conseguindo responder às necessidades dos mais vulneráveis, como é o caso dos cidadãos de etnia cigana (Castro, 2020). Contudo, é importante associar o acesso à habitação a um projeto de vida, que inclua formação e emprego, no sentido de ser uma conquista integrada para a melhoria das condições de vida e do futuro dos seus filhos, mas também assumindo o papel de coresponsabilização dos realojados no processo de integração social (Castro, 2020)

Todos os casais tinham acesso ao RSI e aos casais que viviam em habitação social, o valor da renda era retirado deste apoio. Para a maioria, este era o único rendimento da família e apenas o casal A5/B5 apontou o abono de família como rendimento suplementar.

Quanto aos apoios sociais, dois casais (A1/B1 e A4/B4) tinham ajuda da Cáritas, onde iam buscar alimentos, o casal A2/B2 apontou que recebia apoio social, mas não esclareceu de que tipo. Os restantes casais não recebiam qualquer tipo de apoio adicional.

De facto, o RSI é um mecanismo de resposta social às condições de pobreza extrema, que vem acompanhado por um Programa de Inserção Social, cujo objetivo é romper com o ciclo da pobreza (Instituto de Segurança Social, 2024). Por outras palavras, o objetivo deste rendimento é criar condições mínimas de sustentabilidade, que permitam que os seus beneficiários criem oportunidades de inserção social, quer através da formação, quer através do emprego. Apesar de, a teoria pressupor ser um rendimento temporário, o que se tem verificado é uma continuidade no tempo, que leva a uma dependência dos beneficiários. Esta dependência mensal do RSI tem vindo a ser traduzida em perda de motivação e empenho nas ações de formação e, conseqüentemente, em precariedade laboral (Pacheco, 2009, Rodrigues, 2010), mantendo-se o ciclo de pobreza nestas famílias.

3.4 Acesso ao emprego

Foi precisamente a questão da formação que serviu de introdução a esta categoria, sendo o principal objetivo perceber se os entrevistados teriam condições mínimas de empregabilidade num trabalho estável e com um rendimento que permitisse a sua sustentabilidade.

As respostas dos entrevistados foram variadas, desde os entrevistados que nunca tiveram nenhuma formação (A5 e B6), os que fizeram uma pequena formação para aprenderem a escrever o nome (A1, A2, B2) ou a “ler e escrever” (A4). Houve também quem frequentasse uma “formaçãozinha para ter o 4º ano” (A6), mas também quem tivesse uma formação mais especializada, “de primeiros socorros” (B1), “de computadores” (A3), “de operador de armazém” (B4). Apenas B3 fez “formação de computadores e primeiros socorros”.

A formação e a experiência profissional desempenham um papel crucial na orientação e encaminhamento dos candidatos para as diferentes modalidades de Formação Profissional. Neste contexto, importa apresentar de forma breve as opções disponíveis de Formação Profissional promovidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP), que se enquadram no Programa Qualifica (Portaria nº 61/2022, de 31 de janeiro). Este programa que reconhece, valida e certifica as competências inclui: (i) a obtenção de uma certificação escolar, com o objetivo de elevar o nível de qualificação académica; (ii) a obtenção de uma certificação profissional, preservando o nível de qualificação escolar e ampliando o conjunto de competências profissionais; e (iii) a obtenção de uma dupla certificação, que combina o aumento de competências escolares e profissionais, promovendo, assim, melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Atendendo aos entrevistados, a maioria não tinha ou tinha qualificações muito baixas, pelo que o nível de qualificação alcançado não excedeu a certificação escolar, ainda que tenham mantido um nível bastante baixo. Apenas quatro, uma mulher e três homens, conseguiram obter uma qualificação profissional, que poderá aumentar o leque de oferta de emprego disponível. Importa sublinhar que o aumento de competências profissionais é o caminho para que a família consiga sair do ciclo de pobreza e almejar uma vida com melhores condições.

Independentemente da formação profissional adquirida, nenhum dos entrevistados trabalhava no período em que foram realizadas as entrevistas, ainda que todos estivessem inscritos no IEFP. Ficou claro que a motivação para a inscrição no IEFP era

“por causa do rendimento mínimo” (A1).

Importa referir que o beneficiário do Programa de Inserção Social tem como deveres a obrigatoriedade da frequência das crianças e dos adultos no ensino formal ou em ações de formação, bem como a procura ativa de emprego e a inscrição no IEFP (Santos & Marques, 2014). Contudo, parece que a formação profissional adquirida pelos entrevistados não cumpriu o objetivo de inserção no mercado de trabalho.

Esta falta de sucesso deve-se a vários problemas relacionados com a oferta de formação, tais como: a falta de adaptação da oferta de ações formativas ao nível de escolaridade dos entrevistados; a

relevância que se dá ao grau académico em detrimento das competências reais e motivação; a falta de adequação dos horários, duração e situação socioeconómica e familiar desta população (Veiga, Vicente & Cruz, 2020). De facto, a escolaridade dos entrevistados era bastante baixa, levando a maioria a ter uma formação bastante rudimentar (aprender a ler e escrever), que não permite competir no mercado de trabalho. Por sua vez, os entrevistados que adquiriram algum tipo de formação especializada não mostraram motivação para trabalhar na respetiva área, como se poderá observar adiante. No mesmo sentido, um estudo realizado em Faro junto da comunidade cigana revelou que os técnicos de Serviço Social tinham a perceção de que alguns beneficiários cumpriam as ações de formação apenas para não perderem o apoio social (Santos & Marques, 2014). Além disso, um dos entrevistados não pode frequentar a formação “porque não tinha transporte” e duas das entrevistadas estavam “em casa a tomar conta dos filhos” (A3 e A4), o que reflete a necessidade de adequar programas, horários e localização às frágeis necessidades destas comunidades.

A propósito da procura ativa de emprego, a grande maioria (A1, B1, A2, B2, A3, B3, B4, A6, B6) recorre à Junta de Freguesia de Benavente para os apoiar nesta busca de trabalho “para pessoas sem muito estudo” (A6), como por exemplo “agricultura” (A1, B1, A2, B2, B6), “jardinagem” (B6), “obras” (B1, B2), “costura” (A3), “fábricas e tratador de cavalos” (B3) e “ajudante de cozinha” (A6).

Apenas B4 procura “trabalho no campo” além da ida à Junta. Por sua vez, A4 “por via do rendimento e duas vezes por mês [tem] que procurar emprego”, sem especificar como o faz e A5 também refere a obrigatoriedade deste processo de procura de emprego para não perder o RSI, optando por “limpezas e cafés”. B5 salienta que

“cada vez que vou procurar trabalho os que estão nas obras dizem que vão dar o recado ao patrão e que depois chamam”,

mas o resultado não tem sido positivo.

Apesar da oferta de trabalho disponibilizada com o apoio da Junta de Freguesia, quisemos saber se o emprego que desejavam coincidia com o que era pesquisado. O que se verificou é que apenas A1 mantinha o seu desejo de trabalhar na agricultura e A5 em limpezas ou num café. O casal A2/B2, mas também B4 sentem-se condicionados por não saberem ler nem escrever, ainda que o tipo de trabalho desejado fosse modesto, “servir cervejas ao balcão” para A2, “nas fábricas [ou] ser jardineiro” para B2 e “mecânico” para B4, este último exigiria um tipo de formação mais especializada.

De facto, a maioria dos trabalhos desejados não requeria uma formação muito exigente. Por exemplo, “ser motorista” (B1), “cozinheira” (A3), “tratador de cavalos” (B3), “costureira” (A4), “trabalhar num café” (B5), ou “trabalhar no Pingo Doce” (B6). Apenas o casal A6/B6 sonhava com trabalhos mais especializados, que necessitam de outro tipo de recursos, quer académicos como “ser advogada ou cozinheira profissional” (A6), quer físicos como “ser jogador de futebol” (B6).

As respostas dos entrevistados salientam a falta de adequação da oferta formativa à oferta de trabalho na região. Todos os entrevistados têm a perceção de que a baixa escolaridade não lhes permite almejar um emprego com outras exigências educativas, pelo que formações em áreas com maior

possibilidade de empregabilidade, poderia aumentar a inserção no mercado de trabalho. Um estudo realizado em Coimbra corrobora esta necessidade de adequação, dado que os cursos de Educação e Formação de Adultos disponíveis no Serviço de Formação Profissional é limitada quando o nível de qualificação escolar é baixo, verificando-se um desfasamento entre a oferta formativa e as necessidades e motivações dos utentes (Almeida, 2017). No mesmo sentido, Veiga et al. (2020) apontam como um dos desafios para a inclusão das comunidades ciganas no mercado de trabalho, a falta de recursos que permitam articular a formação teórico-prática com a integração profissional.

Quanto ao significado de ter um emprego, todos os entrevistados têm uma opinião favorável, dado que “ter um trabalhito certo” (A1), “um trabalho como os outros” (A2), tem “muito [significado, porque] o rendimento não chega” (A2 + B2), “para comprar as nossas coisas” (A5), “para dar exemplo aos filhos” (A3), “para ter dinheiro para sustentar a família” (B3) e “ter melhores condições” (B6). Além disso, alguns entrevistados dão um significado mais abrangente do trabalho, por considerarem que ter um trabalho “é uma oportunidade para mudar de vida” (A4), com melhores condições para os filhos (A6). Outros ainda deram um significado mais associado ao sentimento de utilidade para a sociedade, mostrando que sabem “fazer coisas” (A4) e não estão “sempre em casa” (A4), além de que “é bom sair às tardes para trabalhar e aprender enquanto trabalho” (B5).

Outro fator que dificulta a integração no mercado de trabalho é a baixa recetividade dos empregadores. Todos os entrevistados sentem algum tipo de rejeição por parte dos empregadores, que relacionam com a sua etnia. Este sentimento é expresso por B1, quando afirma que

“Não nos dão trabalho em lado nenhum, nem no campo, porque sermos ciganos”,

ou por A2 que, sobre os potenciais empregadores, diz:

“Quando veem que samos ciganos não nos aceitam nem para fazer limpezas”.

B4 expressa o seu sentimento relativamente aos potenciais empregadores:

“Sinto-me discriminado, há preconceito para com a etnia cigana”,

que corrobora o de A5, quando afirma que

“Há alguns que não têm feitio nem bom agrado para nós, são racistas”.

Esta é também a perceção da comunidade cigana que vive no concelho de Bragança, onde a maioria se encontra desempregada ou tem um trabalho temporário e precário, devido à falta de escolaridade ou formação, o que não permite competir no mercado de trabalho. Além de existir pouca oferta laboral na região, os ciganos sentem rejeição por parte dos empregadores (Nicolau, 2013). Por sua vez, os entrevistados do concelho de Faro referiram que a maioria dos patrões não tinham interesse em ter empregados ciganos, preferindo dizer que a vaga já estaria preenchida ou inventando requisitos extra (Santos & Marques, 2014). De igual modo, o estudo de Bastos (2012) referiu, por um lado, a incapacidade do IEFP para oferecer programas de formação que facilitem a sua inclusão no mercado de trabalho e, por outro lado, a relutância dos empregadores em escolherem colaboradores ciganos.

De forma a contornar esta discriminação étnica e conseguirem trabalho assalariado, alguns ciganos têm optado por ocultar a sua etnia, uma vez que quando não o fazem, é frequente os empregadores

sugerirem que a oferta já foi ocupada. De igual modo, quando a origem étnica é descoberta, é comum serem despedidos ou serem postos à prova frequentemente (Magano, 2014).

O que se verifica na amostra de indivíduos entrevistados, mas também noutros estudos em diferentes regiões do país (Nicolau, 2013; Magano, 2014; Santos, 2013), é que estas comunidades encontram dificuldades devido à falta de escolaridade e de formação profissional adequada às necessidades do mercado e às motivações dos indivíduos, mas também devido a comportamentos discriminatórios por parte dos empregadores. Deste modo, é importante intervir no sentido de aumentar a especialização destas pessoas, mas também na sensibilização dos empregadores para dar uma oportunidade aos indivíduos de etnia cigana igual a qualquer outro indivíduo. Por outro lado, também seria expectável uma maior motivação para a aprendizagem por parte dos indivíduos pertencentes à comunidade.

Podemos constatar através da análise de resposta dos indivíduos que os mais novos apresentam um maior interesse pela educação, porque estão mais sensíveis à necessidade de estudar para facilitar a entrada no mercado de trabalho, e deixarem de depender do RSI.

3.5 Cultura cigana

A cultura cigana possui algumas particularidades, como o abandono escolar precoce e a falta de convívio em atividades recreativas com o resto da população, que podem dificultar a integração social.

Neste âmbito, quisemos saber os sentimentos dos entrevistados relativamente à sua cultura. A maioria relatou sentimentos de orgulho em pertencer à sua etnia (A1, B1, A2, B2, A4, B4, A5, B5, A6, B6). Apenas dois entrevistados mostraram vontade de ir mais além na sua resposta, revelando que

“as coisas evoluíram, estão mais à frente” (A3),

ou seja, que algumas das regras restritivas da comunidade são hoje mais amplas, principalmente no que se refere à frequência escolar. Por sua vez, B3 aponta que gosta muito da sua cultura,

“mas gostava de ter mais oportunidades”.

Seria expectável que os entrevistados sentissem orgulho na sua etnia, dado que vivem de acordo com os seus preceitos, o que corrobora o estudo de Santos e Gusso (2016), que reafirma este sentimento, sublinhado que se sentem afortunados por terem nascido ciganos e por conservarem os seus costumes desde há séculos.

Quanto às dificuldades do dia-a-dia que sentem por ser ciganos, a maioria refere sentimentos de discriminação e até racismo, como por exemplo

“as pessoas olham para nós de lado por sermos ciganos, há muito racismo” (B1),

“quando vou à loja o segurança anda atrás de nós por sermos ciganos” (B2),

“quando veem que sou cigana desviam-se e olham de lado” (A3),

“quando vou ao café ou à loja os seguranças andam atrás, a GNR logo vê que somos ciganos mandam-nos logo parar” (B3),

“sinto muito racismo (...) as pessoas não colaboram connosco por sermos ciganos” (A6) e

“não sou bem recebido nalguns sítios, na maioria, por ser cigano” (B6).

Os comportamentos discriminatórios são queixas comuns entre os indivíduos destas comunidades. Um inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativo às condições de vida, origens e trajetórias da população cigana residente, revelou que cerca de metade (51,3%) dos indivíduos ciganos já se tinham sentido discriminados (INE,2024).

Um dos fatores de discriminação pode ser o lugar em que se habita. Os bairros sociais ou habitações precárias onde se concentram indivíduos da comunidade cigana são frequentemente estigmatizados, associados a criminalidade, marginalidade e outros problemas sociais (Magano, 2010). Outros fatores relacionam-se com a perceção da sociedade sobre as formas de vida dos ciganos, associadas à mendicidade e ao contrabando, bem como à falta de motivação para trabalhar e para se incluírem na sociedade (Almeida, 2017).

Contudo, outros entrevistados não sentem nenhuma dificuldade (A5), ou qualquer

“discriminação no dia a dia na rua por ser cigano” (B5).

Outros ainda, não sentem discriminação, excetuando quando procuram trabalho, lamentando não saber porque não lhes dão trabalho (A4) e há quem afirme, lamentando, que

“nós ciganos ainda não estamos integrados na sociedade” (B4).

De acordo com o estudo de Fernandes (2018), existe uma perceção de que a exclusão social sentida pela comunidade cigana se deve não só à inadequação de políticas e estratégias de intervenção, mas também aos próprios membros desta comunidade, que frequentemente se excluem deste processo de integração social. De facto, a participação ativa destes indivíduos na sua integração envolve estarem disponíveis para fazerem algumas mudanças culturais, questionando práticas e tradições que contribuem para manter as suas fragilidades sociais. Um exemplo disso é o abandono precoce da escola formal, que impacta negativamente a maioria dos aspetos da vida, particularmente os relacionados com a integração social (Fernandes, 2018). Contudo, os entrevistados de Fernandes (2018) mostraram estar a fazer mudanças culturais muito importantes neste sentido, reconhecendo a necessidade de manter a sua prole na escola, e mostrando interesse e motivação para frequentarem os cursos profissionalizantes que oferecem equivalência a qualificações escolares mínimas.

A mudança cultural relativa à escolaridade dos filhos é destacada por B1 que refere que

“os ciganos já mudaram muitas coisas, antigamente não iam à escola e agora já vão”,

contudo A1 aponta que

“gostava que os filhos estudassem mais, porque na nossa cultura aos 18 anos já não estudam mais”.

Esta afirmação de A1 reflete a necessidade de continuar a promover a escolaridade das novas gerações, no sentido de garantirem a escolaridade mínima obrigatória e poderem almejar a um curso superior.

Ainda assim, a maioria corrobora os resultados obtidos no estudo de Fernandes (2018), sendo unânime o reconhecimento da necessidade de os filhos estudarem mais (A2, B2, A3, B3, A5, B5, A6)

“para terem uma vida melhor” (B5).

No entanto, alguns pais, apesar de perceberem a importância da escola, têm dificuldade em manter os filhos na escola, porque os filhos

“também não querem” (B2) e

“não têm motivo” (A5).

Ainda que percecionem a necessidade de os filhos estudarem, verifica-se alguma falta de interesse em aumentarem as suas próprias competências profissionais, o que, como salientado acima, pode dever-se à inadequação da oferta aos interesses dos entrevistados.

Dois entrevistados apontaram outras mudanças necessárias na comunidade, como

“conviverem mais com as outras pessoas” (A4),

sublinhando que os jovens ciganos

“deveriam fazer para se integrarem na sociedade, muitos vivem só no mundo deles (...) os jovens deviam mudar esta atitude, mas muitos pensam que vivem no século XIX” (B4).

Esta mudança na cultura cigana, tanto nos seus valores e costumes, como na forma como se relacionam com os outros, pode ter sido impulsionada pela implementação de algumas políticas sociais, como o RSI, cujas regras de acesso tiveram impacto na educação dos mais jovens, com destaque para as meninas que puderam permanecer no ensino regular (Almeida, 2017). Por outro lado, a qualificação dos adultos enquanto instrumento de combate à pobreza e à exclusão social (Magano & Mendes, 2014a), não foi uma medida com impacto na comunidade em estudo, provavelmente pela fraca oferta formativa oferecida, principalmente nos níveis de qualificação mais baixos.

Na última fase da entrevista, aos participantes foi dada a possibilidade de sugerirem medidas estatais para a sua comunidade. A maioria referiu a necessidade de melhorar as condições habitacionais, sendo uma preocupação dos que vivem em barracas (A2, B2, A3, B3, A6), mas também entre os que vivem em habitação social (A4). Ainda relativamente à habitação, umas das entrevistadas mencionou o desejo de

“ter casa junto das outras pessoas” (A1),

sendo este um dos fatores chave de integração social.

Segundo o estudo da Veiga et al. (2020), a habitação é um dos fatores de exclusão social e de preconceitos para com a comunidade cigana, que frequentemente vive em habitação social ou barracas, com condições de salubridade precárias, e isolados do resto da população.

Dois entrevistados apontaram a intervenção do Estado para

“dar trabalho” (A5, B5).

Outros entrevistados falaram da intervenção do Estado para terem

“os mesmos direitos dos outros” (B1),

serem

“tratados como os outros” (B2) e com

“igualdade (...) porque somos seres humanos e portugueses, como os outros (A6).

De uma forma mais ampla, B6 referiu o seu desejo de serem ajudados para entrarem na sociedade.

Quanto à intervenção estatal nas melhorias das condições de vida da população cigana, Veiga et al. (2020) sugerem uma intervenção direta com políticas sociais mais ativas, bem como uma clara interligação entre as medidas de formação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Além disso, consideram necessário criar mediadores interculturais nos centros de emprego de forma a facilitar a comunicação entre empregadores e potenciais empregados ciganos. Por fim, salientam a sensibilização da sociedade e dos agentes de intervenção no mercado de trabalho, promovendo o combate à discriminação no acesso à formação e ao emprego através do contributo das administrações públicas e das empresas. Os autores defendem ainda que a divulgação de casos de sucesso pode contribuir para aumentar a confiança dos potenciais empregadores e, acrescentamos nós, a motivação dos indivíduos da comunidade para a possibilidade de abandonar o ciclo de pobreza.

Neste ponto, importa destacar o papel do Serviço Social não só na integração social desta comunidade, mas também na desmistificação acerca dos seus costumes, da sua realidade social e do esforço que alguns indivíduos têm feito não só na busca de trabalho, mas também mantendo os seus filhos na escola. É importante que o assistente social conheça a comunidade onde está a intervir, as particularidades de cada um dos indivíduos, bem como as suas aspirações e motivações. O respeito pelos seus costumes e pela sua cultura devem ser mantidos, ajustando valores sociais que permitam criar estratégias de vida que contribuam para sair do ciclo de pobreza das gerações passadas.

Esta perspetiva é complementada por Paiva, Pinto, Monteiro e Augusto (2015), que afirmam que a articulação das políticas de emprego e inclusão social exige uma abordagem personalizada, mas a falta de recursos humanos adequados leva, muitas vezes, a acompanhamentos em grupo. Isso resulta na imposição de soluções pré-definidas, ignorando trajetórias e vontades individuais, frustrando expectativas e comprometendo uma inclusão social sustentável.

Refletindo sobre os entrevistados desta comunidade cigana e a forma como percecionam o emprego e a falta de motivação para fazerem uma procura verdadeiramente ativa e independente, leva-nos a concluir que a maioria dos entrevistados não consegue vislumbrar para além do ciclo de pobreza em que vivem. Tal como noutras áreas do Serviço Social, por mais políticas públicas e de integração social que se implementem, o mais importante é estudar a comunidade, o meio envolvente, a oferta educativa e formativa que existe e a forma como se adequa ao mercado de trabalho local e/ou regional. É um gasto de recursos desadequado quando se investe numa formação que não coincide com as necessidades das entidades empregadoras envolventes, nem com as motivações dos formandos.

Pelas suas características culturais, o centro da vida do indivíduo cigano é a sua família, que é também o seu suporte social, pelo que a oferta formativa e laboral deveria respeitar esta necessidade de ficar perto da família. Por outras palavras, ofertas formativas que levem a ter de procurar trabalho longe da família e onde a mobilidade possa ficar comprometida devido à fraca rede de transportes, leva a que todo o investimento de tempo e custos na formação não tenha consequência positivas para o indivíduo.

A maioria dos entrevistados entende a necessidade de manter os filhos na escola, sendo uma opinião comum entre os homens e as mulheres entrevistados. Apesar de começarem a entender a

importância da escola para melhorar as condições de vida, notou-se também que alguns pais têm dificuldade em manter a motivação dos seus filhos para a frequência escolar. Este facto mostra a necessidade de incrementar o papel da escola e do psicólogo escolar em colaboração com o assistente social, de forma a criar estratégias que envolvam as crianças e jovens nas atividades escolares e no ensino-aprendizagem.

Ainda que mostrem esta preocupação com os filhos, nenhum dos entrevistados salientou a necessidade de obter formação adequada para qualquer ofício. Verificou-se uma falta de confiança e de motivação generalizada, acreditam que são alvo de discriminação por parte dos empregadores e que, por isso, não conseguem encontrar emprego. Esta é uma característica comum noutros estudos, sublinhando-se a necessidade de criar uma mediação, seja na forma de medidas de incentivo, seja através de um mediador formal incluído na comunidade que tenha formação adequada para a sua função. Esta mediação deveria contribuir para, por um lado, incentivar os empregadores a dar uma oportunidade aos indivíduos desta comunidade e, por outro, a gerar um compromisso dos indivíduos com a entidade patronal.

Por sua vez, a habitação também parece ser um fator de exclusão social. Três famílias ainda viviam em barracas ou contentores, onde as condições de habitabilidade e de higiene são precárias; as outras três famílias viviam em habitação social, o que também não parece ser do agrado dos entrevistados. Como expectável, as ambições são distintas, se os primeiros pedem a ajuda do Estado para terem acesso a uma habitação, que já a tem, queria habitar “junto das outras pessoas”. Esta observação mostra que a habitação social, apesar de ser um recurso que melhora significativamente as condições de vida, não sustenta a inclusão social. Os seus habitantes vivem “longe dos outros” e “os outros” olham para os habitantes destes bairros com preconceito.

Apesar de a investigação evidenciar os obstáculos enfrentados pela comunidade cigana no acesso ao mercado de trabalho, importa que a discussão avance para uma abordagem mais propositiva, centrada em soluções concretas e inspiradas em boas práticas já testadas em Portugal e noutros contextos internacionais.

Uma das estratégias mais eficazes tem sido a implementação de programas de mentoria intergeracional (Mentores Romani¹), que aproximam jovens ciganos de adultos da mesma etnia que conseguiram concluir percursos educativos e profissionais com sucesso. Estes mentores funcionam como modelos de referência, promovendo a autoestima, a valorização da educação e a construção de projetos de vida mais ambiciosos. Em Portugal, o projeto Opré Chavalé², por exemplo, tem contribuído para o aumento da frequência de jovens ciganas no ensino superior, através de bolsas de estudo e acompanhamento personalizado.

Além disso, é fundamental reconhecer as diferenças geracionais na forma como a comunidade cigana encara o trabalho e a educação. Os dados recolhidos nesta investigação mostram que os

¹ <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000539/index.htm>

² <https://plataformamulheres.org.pt/projectos/opre-chavale/>

entrevistados mais jovens demonstram maior abertura à escolarização dos filhos e maior consciência da importância da formação para o acesso ao emprego. Esta mudança de atitude pode ser aproveitada para desenhar políticas públicas mais eficazes, que valorizem a participação ativa das novas gerações e promovam a sua autonomia.

A nível local, algumas autarquias têm desenvolvido programas de mediação intercultural com resultados positivos, como é o caso dos Mediadores Municipais e Interculturais, que facilitam a comunicação entre os serviços públicos e as comunidades ciganas, promovendo o acesso à educação, saúde e emprego. Estes mediadores, preferencialmente oriundos da própria comunidade, têm um papel crucial na construção de pontes de confiança e na desconstrução de estereótipos.

Por fim, é importante reforçar a articulação entre escolas, municípios e serviços sociais, promovendo respostas integradas e contextualizadas, que considerem as especificidades culturais da comunidade cigana, mas que também desafiem práticas discriminatórias e promovam a igualdade de oportunidades.

Considerações Finais

Ter um emprego é ter um instrumento de inclusão social, dado que permite contactar com outras pessoas, ter um rendimento e, por sua vez, almejar a sair do ciclo de pobreza. Esta tem sido a estratégia de quem nasce pobre, mas que, por um conjunto de circunstâncias que envolve motivação, esforço, resiliência e apoio social, consegue deixar o ciclo de pobreza e criar melhores condições de vida, que posteriormente são herdadas pelas gerações futuras.

Este tem sido um longo caminho para as minorias, com destaque para as comunidades ciganas. Um conjunto de fatores tem contribuído para que a inserção social dos cidadãos ciganos seja pouco produtiva e eficiente, como o abandono escolar precoce comum na cultura cigana, que tem como consequência um défice de formação profissional, em conjunto com uma estigmatização dos empregadores acerca da cultura cigana.

No caso específico do concelho de Benavente, longe de um centro urbano, a empregabilidade da comunidade cigana é muito baixa, o que nos motivou a analisar a relação entre a cultura cigana e o acesso à habitação, educação e mercado de trabalho.

Assim, no presente estudo participaram 12 indivíduos (seis casais) pertencentes à comunidade cigana residente no concelho de Benavente, seis mulheres e seis homens, com idades compreendidas entre os 22 e os 52 anos. Todos tinham um agregado familiar nuclear, composto por pais e filhos, com três casais a viverem em habitação social e outros três a viverem em barraca.

A escolaridade dos entrevistados variava entre o analfabetismo e o 7º ano e esta baixa escolaridade refletia-se tanto na fraca formação como na falta de emprego, uma vez que todos dependiam do RSI como fonte de rendimento familiar. Apesar da maioria ter feito algum tipo de formação, nenhuma das ofertas coincidia com as motivações e interesses dos entrevistados.

Retomando a questão que deu origem a este estudo, “Em que medida as questões culturais, bem como o acesso a habitação e à educação influenciam o acesso ao mercado de trabalho por parte da comunidade cigana?” estamos em condições de dar uma resposta após os depoimentos da comunidade cigana que vive no concelho de Benavente.

A presente investigação teve como objetivo geral compreender os fatores que influenciam a integração da comunidade cigana no mercado de trabalho, tendo em conta as dinâmicas sociais, culturais e institucionais que moldam essa realidade. Através da análise qualitativa dos testemunhos recolhidos, foi possível identificar não só os obstáculos enfrentados, mas também as potencialidades e mudanças em curso no seio da própria comunidade.

Relativamente aos objetivos específicos, o primeiro — identificar os principais fatores que dificultam a inserção profissional da comunidade cigana — foi alcançado através da análise de discursos que evidenciam a persistência de estigmas sociais, a baixa escolarização e a desconfiança mútua entre instituições e comunidade. O segundo objetivo — compreender as perceções da comunidade cigana sobre o trabalho e a educação — revelou uma diversidade de perspetivas, com destaque para uma

mudança geracional: os mais jovens tendem a valorizar mais a escolaridade e demonstram maior abertura à integração no mercado de trabalho formal.

O terceiro objetivo, refletir sobre o papel das políticas públicas e das instituições, permitiu analisar criticamente programas como os de mediação intercultural e os apoios à educação, reconhecendo os seus contributos, mas também as suas limitações quando não articulados com estratégias de longo prazo. Por fim, o quarto objetivo, propor medidas concretas para promover a inclusão socioprofissional, foi desenvolvido com base em boas práticas nacionais e internacionais, sugerindo ações como programas de mentoria, formação profissional adaptada, reforço da mediação intercultural e maior articulação entre escolas, municípios e serviços sociais.

Deste modo, entende-se que esta a investigação contribuiu para uma compreensão da realidade vivida pela comunidade cigana, apontando caminhos concretos para a construção de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

De facto, as questões culturais associadas ao abandono escolar precoce e ao défice de formação tornam a comunidade cigana pouco competitiva num mercado de trabalho cada vez mais exigente. As características culturais, pouco conhecidas fora das comunidades, levam também ao preconceito e à estigmatização por parte dos empregadores.

A habitação, apesar de parecer ter, à primeira vista, uma relação distante com o acesso ao emprego, é um fator de preconceito e estigmatização. Os que moram “lá” e os que moram “cá” têm uma “parede invisível” que limita, entre outras coisas, o acesso ao emprego.

A educação é um fator essencial para o mercado de trabalho, e apesar de os pais já serem sensíveis a esta necessidade, devido ou não a medidas sociais, como por exemplo o RSI, ainda há muito trabalho a fazer no incentivo de crianças e jovens. Uma educação adequada é a única forma de estes jovens poderem almejar a ter um trabalho “como os outros”, com um rendimento que lhes permita deixar o ciclo de pobreza.

Deste modo, é necessário realizar trabalho de campo, analisando o indivíduo, a família, a comunidade e o meio envolvente, para que a resposta ao eixo educação-habitação-emprego seja realizada com estratégias adequadas tanto às dificuldades existentes, como aos recursos disponíveis. Só com estratégias bem delineadas e adequadas a cada comunidade é possível garantir que as gerações futuras deixem o ciclo de pobreza e que a integração social seja realmente eficiente.

Para além das constatações empíricas, esta investigação convida a uma reflexão mais ampla sobre o impacto das políticas públicas de longo prazo na inclusão da comunidade cigana. Medidas como o Rendimento Social de Inserção, os programas de realojamento e os apoios à educação têm tido efeitos limitados quando não são acompanhadas de estratégias de capacitação, acompanhamento e responsabilização mútua.

É urgente investir em programas de mentoria e tutoria escolar, que acompanhem os alunos ciganos ao longo do seu percurso educativo, prevenindo o abandono escolar e promovendo o sucesso académico. Estes programas devem envolver professores, psicólogos, assistentes sociais e, sempre que possível,

membros da própria comunidade.

No domínio da empregabilidade, é necessário criar percursos formativos flexíveis e adaptados, que valorizem as competências informais e respeitem os ritmos e contextos familiares da comunidade cigana. A formação profissional deve estar articulada com oportunidades reais de emprego, através de protocolos com empresas locais, incentivos à contratação e estágios remunerados.

Os assistentes sociais desempenham um papel central neste processo, não apenas como técnicos de acompanhamento, mas como agentes de mudança social, capazes de mediar conflitos, promover o diálogo intercultural e apoiar a construção de projetos de vida sustentáveis. As escolas devem reforçar o seu papel como espaços de inclusão, adotando práticas pedagógicas diferenciadas e promovendo o envolvimento das famílias. Os municípios, por sua vez, devem assumir uma postura proativa na criação de políticas locais de inclusão, com base em diagnósticos participativos e na valorização da diversidade cultural.

Por fim, importa adotar uma abordagem crítica e interseccional na análise das soluções propostas, reconhecendo que a exclusão da comunidade cigana resulta da sobreposição de múltiplas formas de discriminação, étnica, social, territorial e de género, e que só uma resposta integrada e comprometida poderá romper com o ciclo de pobreza e exclusão.

Referências bibliográficas

- Almeida, S.J. (2017). A vida para além das feiras: A importância das Medidas de Formação Profissional na trajetória profissional do Povo Cigano. Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural [ACIDI]. (2013). *Estratégia nacional para a integração dos ciganos*. ACIDI.
- Alves, A. (2018). Realojar, despejar, guetizar. Arqueologias de uma violência obliterada: habitação e racismo nos relatórios nacionais/internacionais. COMBAT, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Assunção, M. (2019). Estudo sobre os ciganos residentes em acampamentos na cidade de Évora. Dissertação de mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, J.P. (org.). (2012). *Portugueses e ciganos e ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Bockorni, B.R & Gomes, A.F. (2021). A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, 22(1), 105-117.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2006). *Investigação qualitativa na educação: uma introdução às teorias e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Britannica, The Editors of Encyclopaedia (2023, December 5). *Roma*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/Rom>
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem (2ª Ed)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Casa-Nova, M. J. (2018). Educação para todos, mas... a alteridade (não) devia estar aí? Em CNE – Conselho Nacional da Educação (Ed.), *Educação para todos: Os invisíveis, os discriminados e os outros* (pp. 88-107). Lisboa: CNE – Conselho Nacional de Educação
- Casa-Nova, M.J., Aydin, I. & Moreira, L. (2022). Perfil escolar das Comunidades Ciganas 2018/19: Análise de dados. *ObCig Fact Sheet nº3*. Observatório das Comunidades Ciganas.
- Castro, A. (2020). Ciganos e Habitação: desconstruindo mitos. *Revista de Política Social*, 99111, 27-43.
- Coelho, A. (2013). Habitação e vizinhança para famílias de etnia cigana. In M. Mendes & O. Magano (orgs). *Ciganos Portugueses. Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição*. (pp.239-247). Lisboa: Mundos Sociais
- Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2019. *Números Chave sobre a Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância na Europa – Edição 2019*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço das Publicações na União Europeia.
- DGE (2021). *Promover a Inclusão e o Sucesso Educativo das Comunidades Ciganas - Guião pedagógico para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: DGE

- DGEEC (2023). Perfil Escolar da Comunidade Cigana. Lisboa: DGEEC. Disponível em <https://www.dgeec.medu.pt/pesquisa/comunidades%20ciganas>
- DGEEC (2021). Perfil Escolar da Comunidade Cigana. Lisboa: DGEEC. Disponível em <https://www.dgeec.medu.pt/pesquisa/comunidades%20ciganas>
- DGEEC (2018). Perfil Escolar da Comunidade Cigana. Lisboa: DGEEC. Disponível em <https://www.dgeec.medu.pt/pesquisa/comunidades%20ciganas>
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Caderno de Pesquisa*, 115, 139-154.
- European Commission (2020). A new EU Roma strategic framework. Factsheet October 2020. Disponível em https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/roma-eu/roma-equality-inclusion-and-participation-eu_pt
- Fernandes, P.D. (2018). Rostos que integram a sociedade: Comunidade Cigana e Serviço Social. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Ferreira, T.L. (coord.) (2016). *Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.
- FRA (2022). Roma in 10 European countries. Main results, <https://fra.europa.eu/en/publication/2022/roma-survey-findings#publication-tab-1>
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, M.C. (2013). Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas: movimentos inclusivos. In Maria Manuela Mendes e Olga Magano (eds.). *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*. Lisboa: Ed. Mundos Sociais, pp. 81-91.
- Hurt, H., Betancourt, L. M. (2017). Turning 1 year of age in a low socioeconomic environment: a portrait of disadvantage. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 38, 493–500. <https://doi.org/10.1097/DBP.0000000000000469>
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [IHRU] (2018). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*. Lisboa: IHRU.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). Inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da população residente. INE.
- Instituto da Segurança Social, I.P. [ISS] (2024). Guia Prático – Rendimento Social de Inserção. Disponível em <https://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>
- Magano, O. (2023). Ciganos portugueses, percursos de vida e afirmação identitária, *Forum Sociológico*, 42, 49-58
- Magano, O. (2022). Emancipation. Life paths of Portuguese Cigano/Roma women. *Social Sciences*, 11(6), 237. <https://doi.org/10.3390/socsci11060237>
- Magano, O. (2014). *Tracejar Vidas «Normais»*. *Estudo Qualitativo sobre a Integração dos Ciganos em*

- Portugal*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Magano, O. (2010). Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa. Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.
- Magano, O. & Mendes, M. M (2014a). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático - Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 15-35.
- Magano, O. & Mendes, M. (2014b). Mulheres ciganas na sociedade portuguesa: tracejando percursos de vida singulares e plurais. *Revista Sures*, 3, 1-15.
- Magano, O. & Mendes, M. (2016). Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso educativo das pessoas Ciganas em Portugal. *Configurações*, 18, 8-26
- Magano, O., Mendes, M. & Gomes, S. (2016). Ciganos e Educação. *Configurações*, 18, 5-7.
- Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. (5ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Matras, Y (2022). Romani Culture: An introduction. In Romani project. Council of Europe.
- Mendes, M. (2023). O continuum difícil acesso de pessoas e famílias ciganas/Roma à habitação adequada em Portugal. *Cidades, Comunidades e Territórios, Special issue*, 105-118.
- Mendes, M.M., Magano, O. & Costa, A.R. (2020). Ciganos Portugueses – Escola e Mudança Social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 92, 109-126.
- Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. Observatório das Comunidades Ciganas. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Minayo, M. C. S. (2010). O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- Molinuevo, D., Koomen, M. & Fóti, K. (2012). Living conditions of the Roma: Substandard housing and health. Disponível em <https://www.eurofound.europa.eu/publications/report/2012/quality-of-life-social-policies/living-conditions-of--the-roma-substandard-housing-and-health>
- Nicolau, L. (2013). “A população cigana do noroeste transmontano” In Manuela Mendes e Olga Magano (orgs.). *Ciganos Portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*. Editora Mundos Sociais. pp. 207-221
- OECD (2017). *Starting Strong 2017: Key OECD Indicators on Early Childhood Education and Care*. OECD Publishing. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1787/9789264276116-en>
- Pacheco, V. (2009). Entre a fobia da cigarra e a apologia da formiga: a Inclusão activa e os esquemas de rendimento mínimo na Europa, Dissertação de Mestrado em Políticas Locais e Descentralização, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Paiva, J.; Pinto, L.; Monteiro, A. & Augusto, N. (2015). *Empregabilidade na Economia Social – O papel das políticas ativas de emprego*. Porto: Cadernos EAPN, 21.
- Pereira, I.T. (2016). “Ninguém dá trabalho aos ciganos!”. Estudo qualitativo sobre a (des)integração

- dos ciganos no mercado formal de emprego. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.
- Pinto, M. & Monteiro, D. (2021). As vivências e perceções da comunidade cigana no seu processo de realojamento. *Intervenção Social*, 57/58, 181-193
- Portaria nº 61/2022, de 31 de janeiro. Diário da República nº 21/2022, Série I, de 2022-01-31, pp. 6-19
- Quivy, R. & Van Campenhoudt L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
- Rede Europeia Antipobreza Portugal [REAP] (2007). *Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde*. REAP: Madrid.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018 (2019). Diário da República: I série, n.º 230.
- Rodrigues, E.V. (2010). O Estado e as políticas sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XX, 191-230.
- Rosa, M.J. (2022). Três narrativas de mulheres ciganas. “E onde ficam as mulheres, na tradição?” Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, ISPA, Lisboa.
- Santos, S.A. (2013). O rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: o caso do Concelho de Faro. Dissertação de Mestrado em Educação Social, apresentada à Universidade do Algarve, Faro.
- Santos, S.R. & Marques, J.F. (2014). O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, pp. 37-56
- Santos, M.R. & Gusso, L.C. (2016). O desconhecimento cultural: fator de exclusão da cultura cigana. *Revista confluências culturais*, 5(2), pp. 70-78.
- Silveira, D.T. & Córdova, F.P. (2009). A Pesquisa Científica. In T.E. Gerhardt & D.T. Silveira (Org.). Métodos de Pesquisa. (pp.31-34). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Veiga, F., Vicente, M.J. & Cruz, P. (2020). *Para a inclusão no mercado de trabalho das comunidades ciganas. Referencial Técnico*. Porto: EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza
- Ventura, M.M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, 20(5), 383-386.
- Vinuto, J. (2014) A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.
- Yin, R. K. (2009). *Case Study Research: Design and Methods*. (4th Ed.). California: Sage Publications

Apêndices

Apêndice I – Consentimento informado



CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação/dissertação de mestrado em Serviço Social a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este estudo incide sobre a etnia cigana e o acesso ao mercado de trabalho.

O estudo é realizado por Eugénia Dias da Silva Ruas Gomes.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a algumas perguntas de uma entrevista sobre o tema e poderá durar cerca de uma hora.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para um melhor conhecimento das dificuldades das pessoas de etnia cigana em se integrarem no mercado de trabalho e contribuir de alguma forma para que isso possa acontecer.

A participação neste estudo é estritamente confidencial.

Aceito responder às perguntas:

Nome: _____

Data: _____

Assinatura:

Apêndice II – Guião da entrevista

Dados Sociodemográficos

Idade:

Data de nascimento:

Local de residência

Características do Agregado familiar

1. Como é composto o seu agregado familiar?

2. Qual a idade dos seus filhos?

Educação

3. Qual o último ano de escolaridade que concluiu?

4. Gostaria de ter continuado a estudar/porque?

5. Os seus filhos ainda estudam? Em que ano? (Se não estudam, que ano concluíram? Porquê?) isto vem com a conversa

Habitação a Apoios sociais

6. Qual o tipo de habitação onde vive?

7. (Paga renda de casa?)

8. Tem acesso a água, eletricidade e saneamento básico?

9. Qual a sua principal fonte de rendimento?

10. Tem algum tipo de apoio social? Se sim, de que tipo?

Emprego

11. Possui alguma formação especializada? Em que área?

12. Trabalha? O que faz? Se não, está inscrito no IEFP? (Se não está inscrito, porquê)? Se está inscrito, em que áreas?

13. [Procura ativamente emprego? Se sim, em que áreas? Como procede nessa busca?]

14. [Como tem sido a receptividade dos empregadores?]

15. O que significa para si ter um emprego?

16. Se pudesse escolher que tipo de trabalho gostaria de ter?

17. Esta questão vamos tendo informação ao longo da entrevista

Cultura cigana

18. Como sente a cultura cigana

19. Que dificuldades sentem no dia-a-dia?

20. Que medidas poderiam ser adotadas pela vossa comunidade cigana para promover o acesso ao emprego?

21. E que medidas estatais gostaria de ver adotadas em relação à comunidade cigana?

Apêndice III – Transcrição das entrevistas

A1

Idade: 50

Data de nascimento: Não sabe.

Residência: Benavente.

Características do Agregado familiar

1. Eu, o me marido e 5 filhos.
2. Mes filhos têm um 19 outro 25 outro 28 outro 32 e a rapariga 34.

Educação

- 3 Não andei na escola.
- 4 Gostava de ter estudado... mais no me tempo não ia à escola... pois era assim!!!
- 5 Os mes filhos já na estudam.
- 5.1 humm eles na estudam porque já são grandes.

...o mais velho tem o 6º ... a rapariga tem o 1º... depois.. tenho dois filhos com o 4º e... o mais novo tem o 5º. E eles na estudaram mais, porque reprovavam o ano e na puderem continuari.

Habitação e Apoios Sociais

- 6 Vivemos em casa da Câmara.
- 7 ...hummm sim pagamos. E na devemos nada a ninguém.
- 8 Temos isso tudo.
- 9 Nós... arrecebemos o rendimento
- 10 Vamos buscar umas cestas de massa.... arroz... uma garrafito de azete e... atum e...não nos dão más nada.

Emprego

- 11 humm, teve uns.... há tempos 3 meses numa formação. Aprendi a escrever o me nome.
- 12 Na me dão trabalho, por isso na faço nada...
- 12.1 Já lhe disse na faço nada...
- 12.2 O que é que é isso?.. há.. já sei é aquilo por causa do Rendimento minimo....
- 12.3 To inscrita.
- 12.4. Para trabalhar no campo, na agricultura.
13. A gente vai à Junta de Freguesia de Benavente porque está lá uma moça que ajuda a gente e iscreveri lá no computador.
14. Na nos dão trabalho, proque somos ciganos e proque na sabemos leri e escreveri, e quando dão trabalho é no campo a apanhar tomate, cebolas e batatas.
15. Gostaria de teri um trabalhito certo.
- 16 Gosto de apanhari cebolas, batatas e tomates

Cultura Cigana

17. Tenho muito orgulho em ser cigana
18. Quando vamos à loja há muito racismo com os ciganos, olham para nós de lado, pensam que vamos robari, sei que há muitos ciganos que roubam, mas a gente semos sérios.
19. Gostava que os mes filhos estudassem mais, proque segundo a nossa cultura aos 18 anos já não estudam mais.
20. Os ciganos deveriam ter casa junto das outras pessoas e que as casas fossem diferentes.

B1

Idade: 52 anos

Data de nascimento: 03/10/1972

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Eu e a mulheri e mes filhos
2. Um tem 19, o outro 25, outro 28, outro 32, e outra acho que tem 34.

Educação

3. Tenho a 4ª classe.
4. Sim, mas antigamente não nos punham a estudar.
5. Já nenhum estuda.
- 5.1. Um filho tem o 6º ano, outro o 12º, outro o 4º ano, outro o 5º, e outro o 4º. Porque chumbaram e não puderam continuar.

Habitação e Apoios Sociais

6. A nossa casa é da Câmara.
7. Paguemos renda à Câmara.
8. Temos água e temos luz.
9. Arrecebemos o rendimento.
10. Apoio em quê? Ahh vamos buscar um avio às Carítas.

Emprego

- 11 Sei lá! Fiz uma formação numa couisa de formação de primeiros socorros!
- 12 Não, proque não me dão trabalho.
- 12.1. Na faço nada, como já lhe disse na me dão trabalho.
- 12.2. Sim, proque se na tivermos na nos pagam o rendimento mínimo.
- 12.3. ---
- 12.4. A gente como na tem muitos istudos, quando arranjamso trabalho é só para as hortas ou para as obras.
- 13 A gente vai à Junta da Freguesia.

- 14 Na nos dão trabalho em lado nenhum, nem no campo, proque semos ciganos.
- 15 Toda a gente gostava de ter trabalho como os outros.
- 16 Tanho carta de condução, gostava de ser motorista, mas não de camiões, na tanho essa carta.

Cultura Cigana

17. Sinto orgulho de ser cigano.
18. As pessoas olham para nós de lado por sermos ciganos, há muito racismo.
19. Os ciganos já mudaram muitas coisas, antigamente não iam à iscola e agora já vão.
20. O estado devia fazer com que os ciganos tivessem os mesmos direitos dos outros, trabalho e casas boas.

A2

Idade 52 anos

Data de nascimento não sabe

Residência Benavente

Características do Agregado familiar

1. A gente somos 6 pessoas cá em casa, eu, o me marido e 4 filhos.
2. Os me filhos tem 13, e as minhas filhas têm uma 18, a outra 23 e a mais velha 28.

Educação

3. Não andei à escola.
4. Não.
5. O me filho anda no 6º ano, mas tem problemas Dotorá, a minha X tem 18 anos fez o 12º e tá de bebé, tem sofrido muito, a Y tem 23 anos e fez o 5º ano a W tem 28 anos e fez o 2º ano... tem problemas.
- 5.1. ---

Habitação e Apoios Sociais

6. Nós vivemos em barracas, é uma miséria.
7. Paguemos Dotorá.
8. Temos isso tudo, temos que ter para os nossos filhos.
9. Arrecebemos o rendimento da segurança social.
10. Hmm sim, o rendimento Dotorá.

Emprego

11. Aprendi a escrever o meu nome, andei à primeira classe.
12. Não, tou em casa Dotorá.
 - 12.1. O que faço? To em casa Dotorá.
 - 12.2. Sim, a gente temos de tar Dotorá, por via do rendimento.
 - 12.3. ---
 - 12.4. Na agricultura, pa trabalhar no campos, não conseguimos mais nada Dotorá.
13. Vou à Junta da Freguesia.
14. quando veem que samos ciganos não nos aceitam, nem para fazer limpezas.
15. Muito, o rendimento não chega.
16. Se soubesse ler e escrever queria trabalhar a servir cervejas ao balcão Dotorá, eu gosto.

Cultura Cigana

17. Tenho orgulho em ser cigana.
18. Olhe Dotorá quando vou à loja o segurança anda atrás de nós por sermos ciganos, mas nós não roubemos nada, semos sérios
19. As crianças deviam estudar mais Dotorá, olhe a minha filha tem 18 anos e está grávida.

20. Deveriam dar-nos uma vida melhor e casas melhores, as nossas têm bichos e ratos é uma miséria! Tanho uma casa de banho que não cabe lá um cão Dotor.

B2

Idade 48 anos

Data de nascimento não sabe

Residência Benavente

Características do Agregado familiar

1. Semos 6 pessoas, eu, a minha esposa e os 4 filhos.
2. Hmm deixe cá ver... ele tem 13, e elas têm 18, 23 e 28 anos Dotor.

Educação

3. Não andei à escola.
4. Não Dotor, na sabia mais.
5. Nem sei bem... O rapaz está no 6º parece-me, as raparigas hmm uma fez o 12º, a outra o 4º ou 5º hmm a mais velha fez o 2º
- 5.1. ---

Habitação e Apoios Sociais

6. Nós vivemos em contentores.
7. Sim paguemos Dotor, isto é da Cambara.
8. Temos isso tudo.
9. Recebemos da segurança social, o rendimento.
10. Ahhh temos o rendimento.

Emprego

11. Aprendi a escrever o meu nome.
12. Não.
 - 12.1. Não faço nada Dotor
 - 12.2. Sim, somos obrigados.
 - 12.3. ---
 - 12.4. Agricultura e Construção Civil Dotor, sei fazer umas coisitas.
13. Vou à Junta da Freguesia.
14. quando veem que samos ciganos dizem que nos vão chamar, mas isso não acontece, eles na querem ciganos Dotor.
15. Muito, o rendimento não chega, a vida tá difícil.
16. Se soubesse ler e escrever, queria ter outro trabalho, olhe nas fábricas, mas eu gostava era de ser jardineiro.

Cultura Cigana

17. Tenho orgulho em ser cigano.
18. Quando a gente vai à loja o segurança anda atrás de nós, samos ciganos.

19. As crianças têm de estudar mais, mas também não querem Dotorá.
20. Deviam dar-nos uma vida melhor e casas melhores Dotorá e sermos tratados como os outros, a gente não somos diferentes.

A3

Idade: 25 anos

Data de nascimento: 16/01/1999

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Sou eu, o meu marido e dois filhos, um menino e uma menina.
2. A minha menina tem 2 e o meu menino tem 6.

Educação

3. Só tenho o 1º ano.
4. Sim, mas não tive apoio Dotorá, sabe como é que era.
5. O meu filho anda no 1º ano, a menina está em casa, ainda é muito piquena.
- 5.1. ---

Habitação e Apoios Sociais

6. Vivo numa barraca, queria muito uma casinha, com filhos pequenos sabe como é.
7. Não pago nada.
8. Tanho água e luz e só.
9. Recebo o rendimento.
10. Não tenho apoios Dotorá.

Emprego

11. Fiz um curso de computadores.
12. Não trabalho.
 - 12.1. Estou em casa a tomar conta dos mes filhos.
 - 12.2. Sim, por causa do rendimento.
 - 12.3. ---
 - 12.4. Costura.
13. A gente vai à Junta a Benavente.
14. Ohh na sei, nunca procurei emprego Dotorá.
15. Ter trabalho é bom, o dinheiro não se ganha à toa você sabe... e temos que dar o exemplo aos filhos.
16. Gostava de ser cozinheira.

Cultura Cigana

17. As coisas evoluíram, estão mais à frente.
18. Quando veem que sou cigana desviam-se e olham de lado.
19. Os ciganos procuram trabalho Dotorá, o me marido procura, mas os outros são racistas oh! os ciganos mais novos tamém têm que andar à escola.
20. o governo devia dar melhores condições à gente! Casas melhores, com mais limpeza e outro ambiente, isto é uma miséria.

B3

Idade: 26 anos

Data de nascimento: 14/12/1997

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Semos eu, a mulher e dois filhos.
2. O menino tem 6 e a menina tem 2.

Educação

3. Sim, tenho o 7º ano.
4. Sim, porque tinha mais oportunidades de trabalho.
5. O meu filho está no 1º ano, a menina está em casa.
- 5.1. ---

Habitação e Apoios Sociais

6. Vivemos numa barraca.
7. Não pagamos nada.
8. Tem água e luz.
9. Recebemos o rendimento.
10. Apoios? Não temos nada.

Emprego

11. Fiz formação de computadores e primeiros socorros.
12. Agora não trabalho mas há 6 ano estive a trabalhar.
 - 12.1. Nada.
 - 12.2. Sim.
 - 12.3. ---
 - 12.4. Para fábricas e tratador de cavalos.
13. Vamos à Junta.
14. Os patrões dizem que vão dar resposta mas depois não ligam porque somos ciganos.
15. O trabalho é bom para ter dinheiro para sustentar a família, não está fácil e ter trabalho é bom.
16. Tratador de cavalos.

Cultura Cigana

17. Gosto muito da minha cultura e não trocava por nada deste mundo, mas gostava de ter mais oportunidades, não é por ser cigano que não devo ter
18. Quando vou ao café ou à loja os seguranças andam atrás, a GNR logo vê que somos ciganos manda-nos logo parar.
19. Os ciganos devem estudar mais.

20. Olhe, deviam fazer casas melhores para os ciganos, para não viermos em barracas, que é uma miséria e para as crianças terem mais privacidade.

A4

Idade: 37 anos

Data de nascimento: 06/02/1986

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Sou eu, o me marido e quatro filhos.
2. Tanho uma menina com 18 meses, outro com 5 anos, outro com 9 anos e um com 13 anos.

Educação

3. Oh Datora eu só tenho a 3ª classe.
 4. Sim, fazia falta para ajudar os filhos nos estudos, a ajudar os meninos com os trabalhos de casa...
 5. Ome filho com 9 anos está no 3º ano, o que tem 13 anos está no 5º ano, e o que tem 5 anos vai para a pré-primária. A minha menina (18 meses) está comigo em casa.
- 5.1. ---

Habitação e Apoios Sociais

6. A nossa casa é da Câmara é social.
7. Hmm sim, é retirada do rendimento.
8. Sim temos isso tudo Datora.
9. Eu arrecebo o rendimento social.
10. Vamos buscar uns aviozitos às Cáritas, sempre dão uma ajudinha Datora, a vida está difícil.

Emprego

11. Na tenho Datora. Fiz uma formação para aprender a ler e escrever.
12. Não tenho trabalho.
- 12.1. Estou em casa Datora, tomo conta dos mes filhos e às vezes não consigo dar conta de tudo.
- 12.2. Sim, tanho que tar por via do rendimento. E duas vezes por mês tenho que procurar trabalho.
- 12.3. ---
- 12.4. No trabalho do campo, é o trabalho mais fácil para quem não sabe ler nem escrever Datora.
13. Vamos à Junta da Freguesia duas vezes por mês. Nós não escolhemos nada, eles é que põem lã algo que possamos fazer, como não sabemos ler nem escrever.
14. Penso que poderíamos ser tratados como deve de ser Datora proque quando veem que somos ciganos não querem. Há coisas que sabemos fazer, como fazer limpezas, mas não nos dão trabalho, proque somos ciganos.
15. Ahh penso que é importante Datora, proque é sinal que não estamos sempre em casa e que sabemos fazer outras coisas.

16. Eu gostava de ser costureira.

Cultura Cigana

17. Tenho muito orgulho Dotora.

18. Não sinto, só quando vou procurar trabalho, não sei proquê não nos dão trabalho, por sermos ciganos.

19. Não deveria ser como no tempo dos meus pais Dotora, os ciganos deveriam conviver mais com as outras pessoas, e estudarem, é isso que espero para os meus filhos.

20. Deveriam dar-nos uma vida melhor e casas melhores, para termos outras condições, apesar de que nós não somos os piores, há piores.

B4

Idade: 34 anos

Data de nascimento: 28/08/1989

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Sou eu, a minha esposa e quatro filhos.
2. A menina tem 18 meses, outro tem 5 anos, o outro 9 anos e o mais velho tem 13 anos.

Educação

3. Só fiz o 1º ano.
4. Sim, mas na altura não tive oportunidade, nessa altura saísse da escola aos 15 anos e eu entrei aos 13 anos.
5. O meu filho com 9 anos está no 3º, o que tem 13 anos está no 5º, e o que tem 5 anos vai para a escola dos pequeninos. A minha menina está em casa.

5.1. ---

Habitação e Apoios Sociais

6. Vivemos numa casa de tijolo Dotora. A casa é da Câmara.
7. Sim paguemos, tiram do arrendimento.
8. Temos tudo.
9. Arrecebemos o rendimento mínimo.
10. Temos ajuda das Carítas dos alimentos.

Emprego

11. Fiz uma formação de operador de armazém.
12. Não.
- 12.1. Agora, não, mas já trabalhei no campo.

- 12.2. Sim.
- 12.3. ---
- 12.4. Trabalho no campo.
13. Vou à Junta... hmm não escolhemos, não sabemos ler nem escrever. eles põem lá coisas que conseguimos fazer
14. Ohh Dotora sinto-me discriminado, há preconceito para com a etnia cigana.
15. É uma oportunidade para mudar de vida.
16. Gostava de ser mecânico, mas é complicado proque não saber ler nem escrever.

Cultura Cigana

17. Sente muito orgulho em ser cigano.
18. Sinto que olham para mim de lado, nós ciganos ainda não estamos integrados na sociedade, olham pra gente de lado.
19. Deveriam fazer para se integrarem na sociedade, proque muitos vivem só no mundo deles, os jovens deveriam mudar esta atitude, mas muitos ainda pensam que vivem no século XIX.
20. Deveriam dar-nos casas melhores, proque há muitos que vivem em barracas sem condições nenhuma Dotora, é uma miséria.

A5

Idade: 22 anos

Data de nascimento: 01/07/2002

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Somos 5 pessoas, eu, o meu marido e 3 filhos
2. A mais velha tem 5 anos, as outras têm 3 e 2

Educação

3. Estudei até ao 5º anos
4. Sim, queria continuar a estudar, temos muitas capacidades e se formos procurar emprego não nos dão porque não temos certos estudos.
 - 4.1. Não estão na creche porque elas mamam, o nosso hábito é que mama até aos 4 anos e depois vão para a escola---

Habitação e Apoios Sociais

- 5.
6. A nossa casa pagamos a camara , não devíamos pagar nada... pois mas nos tiram o dinheiro do rendimento mínimo, acham que nos dam muito eu que tenho crianças
7. Temos água e luz , o que as casas tem .
8. –
9. Beneficiária de RSI, só RSI e abono das gaiatas.
10. ---

Emprego

11. Nunca fiz formação.
12. Não trabalho.
 - 12.1. Sou dona de casa, sou ama de casa
 - 12.2. Somos obrigatórios para receber, se recebermos uma convocatória tenho que arranjar alguém para ficar com as filhas.
 - 12.3. ---
 - 12.4. Limpezas, café.
13. Limpezas, café, não faço procuras de emprego porque não tenho com quem deixar as crianças.
14. Há alguns que não têm feitio nem bom agrado para nós, são racistas. Por vezes perguntamos se há trabalho mas há pessoas que dizem que não têm vagas para nós; nós falamos a bem e eles não têm um bom agrado para nós, se for preciso vai lá alguém de outra comunidade e eles são diferentes.
15. Significa podermos estar a passar mal, estamos a trabalhar e no fim do mês recebemos, parpara comprar as nossas coisas, fraldas e as nossas coisas.
16. Limpezas, café como já disse.

Cultura Cigana

17. Orgulho.
18. Nenhuma.~
19. Temos que respeitar os mais velhos da comunidade cigana. As crianças estão a estudar, mas há crianças que não têm motivo. O Estado devia dar trabalho a todos porque há pessoas que estão a passar muito mal, sejam pretos, amarelos, transparentes, brasileiros. Se os patrões não dão trabalho porque são ciganos, deveria ser o estado a dar. Porque há muita pessoa que está a passar mal e precisa mesmo, há certas pessoas que estão sentados, sentados, sentados à procura de trabalho e há outros que precisam mesmo. Sim porque há certas pessoas que eles recebem abonos e RSI já se sustentam, mas isso não chega para um mês inteiro, eu falo por mim ela usa fraldas, tenho que comprar comer, temos que comprar tudo.

B5

Idade: 26 anos

Data de nascimento: 19/02/1998

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Semos eu, a mulher e três crianças.
2. A mais velha tem 5 anos, as outras têm 3 e 2

Educação

3. Conclui o 1º ano e mal.
4. Gostava de ter continuado. Queria que quando fosse grande ter estudado bem estudado não ser como o pai e como a mãe e depois de trabalhar.
5. A filha mais velha estuda, tem 5 anos está na creche, as outras não, ão vão para a creche porque disseram que não havia vagas.
- 5.1.---

Habitação e Apoios Sociais

6. Vivemos numa barraca.
7. ---
8. Sem água e luz
9. Recebemos o rendimento.
10. Apoios? Não temos nada.

Emprego

11. --- ~
12. ---
- 12.1. ---
- 12.2. Sim.

12.3. ---

12.4. ---

13. ---

14. Cada vez que vou procurar trabalho os que estão nas obras dizem que vão dar o recado ao patrão e que depois chamam.

15. Para mim o trabalho é bom, é bom sair às tardes para trabalhar e aprender enquanto trabalho.

16. Gostava de trabalhar num café, servir as pessoas com respeito e elas respeitarem-me também.

Cultura Cigana

17. Normal, orgulho na minha raça, se a minha botou-me assim.

18. Não sente discriminação no dia a dia na rua por ser cigano. Sou de Benavente e em Benavente sou bem tratado em Benavente e em todos os sítios

19. A gente casa cedo e pensamos ter um filho para termos mais amizade um ao outro e é assim, elas deixam de ir à escola para tratar dos filhos e os maridos fazem por trabalhar. Elas deixam de ir à escola porque têm de tomar conta das gaiatas. Quero que as filhas estudem para ter uma vida melhor e para não ser

20. Dar trabalho à gente, de toda a raça, arranjar trabalhar uma obra, num café num jardim, num lar, ser bombeiro e dar-mo-nos todos bem.

A6

Idade: 39 anos

Data de nascimento: 09/08/1985

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Eu, o meu marido e a minha filha.
2. A minha menina tem 3 aninhos.

Educação

0. Tenho o 4º ano.
0. Sim, para ter um emprego.
0. Ainda não estuda e não está na creche, porque a minha menina nasceu doentinha.
- 5.1---

Habitação e Apoios Sociais

0. Vivo numa barraca.
0. Gostava de ter uma casinha e pagar renda.
0. Na tenho água, nem luz, queria ter.
0. Arrecebemos o rendimento.
0. Apoios? Na temos mais nada, mas precisamos de uma ajudinha, precisamos de uma casinha.

Emprego

0. Fiz uma formaçãozita para ter o 4º ano.
0. Não trabalho, mas se me chamarem vou.
 - 12.1 Nada. Cuido da minha menina que é doentinha,
 - 12.2 Sim, estou inscrita.
 - 12.3 ---
 - 12.4 Está lá o meu nome para trabalhar em cozinha ou ajudante de cozinha, e várias coisas para pessoas sem muito estudo.
0. Vo à Junta da Freguesia lá em Benavente.
0. Na Junta de Freguesia sou bem recebida, mas noutros sítios como na agricultura ou limpeza não ligam.
0. Uma mudança pra uma vida melhor, e dar uma vida melhor à minha filhinha.
0. Gostava de ser advogada ou ser cozinheira profissional.

Cultura Cigana

0. Sinto-me bem e tenho orgulho de ser cigana.
0. Sinto muito racismo. As pessoas não colaboram connosco por sermos ciganos.
0. Devíamos estudar mais.
0. Dar igualdade e habitação melhor. E não nos deixem esquecidos, porque somos seres humanos e portugueses, como os outros.

B6

Idade: 35 anos

Data de nascimento: 16/02/1989

Residência: Benavente

Características do Agregado familiar

1. Eu, a minha mulher e a minha filha.
2. A minha filha tem 3 anos.

Educação

0. Acabei o 4º ano.
0. Sim, porque não era bem aceite na escola.
0. Ainda não, e não está na creche, por motivos de saúde, a menina é doente.
- 5.1 ---

Habitação e Apoios Sociais

0. Vivemos numa barraca.
0. Não pagamos nada.
0. Não temos água.
0. Recebemos o rendimento mínimo.
0. Não temos apoio de ninguém.

Emprego

0. Não tenho, houve uma altura que não fui porque não tinha estramporte.
0. Não estou a trabalhar.
 - 12.1 Não faço nada, ajudo a mulher em casa.
 - 12.2 Sim, estou inscrito.
 - 12.3 ---
 - 12.4 To inscrito para jardinagem e agricultura, mas não pode ser no Pingo Doce, porque não tenho escola.
0. Vamos à Junta da Freguesia a Benavente.
0. Só so bem recebido na Câmara, fora disso, não, as pessoas não quer ciganos.
0. É um sustento para a minha família e para ter melhores condições.
0. Gostava de trabalhar no Pingo Doce, ou ser jogador de futebol.

Cultura Cigana

0. Sinto orgulho, sinto-me bem.
0. Não sou bem recebido nalguns sítios, na maioria, por ser cigano.
0. Acho que devíamos estudar mais.
0. Gostaria que nos ajudassem para entrarmos na sociedade.

Apêndice IV – Análise do conteúdo das entrevistas

Categoria	Subcategoria	Unidade de contexto
Acesso à educação	Escolaridade	<p>(A1) “Não andei à iscola (...) gostava de ter istudado mais”</p> <p>(B1) “4ª classe”; “Sim, mas antigamente não nos punham a estudar”</p> <p>(A2) “não andei na escola” [...] “não [gostaria de ter andado]”</p> <p>(B2) “não andei à escola” [...] “não [gostaria de ter andado]”</p> <p>(A3) “Tenho o 1º ano”; “sim [gostaria de ter estudado mais] mas não tive apoio”</p> <p>(B3) “Sim, tenho o 7º ano (...) sim porque tinha mais oportunidades de trabalho”</p> <p>(A4) “Tenho a 3º classe (...) sim, fazia falta para ajudar os meus filhos nos trabalhos de casa”</p> <p>(B4) “Fiz o 1º ano (...) sim, mas na altura não tive oportunidade, nessa altura saía-se da escola aos 15 anos e eu entrei aos 13”</p> <p>(A5) “Estudei até ao 5º ano”; “Sim, queria continuar a estudar (...) se formos procurar emprego não nos dão porque não temos certos estudos”</p> <p>(B5) “Conclui o 1º ano e mal”; “gostava de ter continuado”</p> <p>(A6) “Tenho o 4º ano.”; “Sim, para ter um emprego”</p> <p>(B6) “4º ano”; “Sim, porque não era bem aceite na escola”</p>
	Escolaridade dos filhos	<p>(A1 + B1) “os mes filhos já na istudam (...) o mais velho tem o 6º ... a rapariga tem o 1º... tenho dois fillhos com o 4º e o mais novo tem o 5º. E eles na istudaram mais, porque reprovavam o ano e na puderem continuari”</p> <p>(B1) “Um tem o 6º ano, outro o 12º, outro o 4º ano, outro o 5º ano e outro o 4º (...) porque chumbaram o ano e não puderam continuar”</p> <p>(A2 + B2) “Filho com 13 anos anda no 6º ano, tem problemas [cognitivos], a X tem 18 anos, fez o 12º e está de bebé; a Y tem 23 anos e fez o 5º ano; a W tem 28 e fez o 2º ano, tem problemas [cognitivos]”</p> <p>(A3 + B3) “o meu filho anda no 1º ano, a menina está em casa (...)”</p>

		<p>(A4 + B4) “O meu filho com 9 anos está no 3º ano, o de 13 está no 5º ano e a menina de 5 está na pré-escola (...) a minha menina (18 meses) está comigo em casa (...)”</p> <p>(A5) “A filha mais velha está na creche (...) [as outras] não vão para a creche porque (...) não havia vagas”</p> <p>(A6 + B6) “não está na creche (...) é doentinha”</p>
Habitação e apoios sociais	Tipo de habitação e renda	<p>(A1 + B1) “Vivemos em casa da câmara (...) sim pagamos [renda]”</p> <p>(A2) “(...) vivemos em barracas” [e paga renda]</p> <p>(B2) “(...) vivemos em contentores” [e paga renda]</p> <p>(A3 + B3) “Vivo numa barraca (...) não [pago renda]”</p> <p>(A4 + B4) “Vivemos numa casa de tijolo, é uma casa da Câmara (...) sim e a renda é retirada do Rendimento”</p> <p>(A5 + B5) “A nossa casa pagamos à Câmara”; “habitação social”</p> <p>(A6 + B6) “Vivo numa barraca”; [não paga renda]</p>
	Acesso às condições básicas de habitabilidade	<p>(A1 + B1) “Sim [Tem acesso a água, eletricidade e saneamento básico]”</p> <p>(A2+ B2) “Sim [Tem acesso a água, eletricidade e saneamento básico]”</p> <p>(A3 + B3) “Tenho água e luz”</p> <p>(A4 + B4) “Sim [Tem acesso a água, eletricidade e saneamento básico]”</p> <p>(A5 + B5) “Temos água e luz”</p> <p>(A6 + B6) “Na tenho água nem luz”</p>
	Fonte de rendimento	<p>(A1 + B1) “Nós arrecebemos o rendimento”</p> <p>(A2 + B2) “Arrecebemos o rendimento da Segurança Social”</p> <p>(A3 + B3) “Recebo o rendimento”</p> <p>(A4 + B4) “Arrecebo o Rendimento social”</p> <p>(A5 + B5) “RSI e abono das gaiatas”</p> <p>(A6 + B6) “Arrecebemos o rendimento”</p>
	Apoios sociais	<p>(A1 + B1) “Nós vamos buscar comida às Carítas”</p> <p>(A2 + B2) “sim [tenho apoio social]”</p> <p>(A3 + B3) “Não temos mais nenhum apoio (...)”</p> <p>(A4 + B4) “Vamos buscar uns aviozitos às Cárítas”</p> <p>(B5) “Não temos nada”</p> <p>(A6 + B6) “Na temos mais nada”</p>

Acesso a emprego	Formação especializada	<p>(A1) “Há 3 meses numa formação (...) aprendi a escrever o meu nome”</p> <p>(B1) “fiz uma formação (...) de primeiros socorros”</p> <p>(A2) “aprendi a escrever o meu nome, andei à 1ª classe”</p> <p>(B2) “aprendi a escrever o meu nome”</p> <p>(A3) “Fiz um curso de computadores”</p> <p>(B3) “Fiz formação de computadores e primeiros socorros”</p> <p>(A4) “Fiz formação para aprender a ler e a escrever”</p> <p>(B4) “Fiz uma formação de operador de armazém”</p> <p>(A5) “Nunca fiz formação”</p> <p>(A6) “formaçãozinha para ter o 4º ano”</p> <p>(B6) “Não tenho, houve uma altura que não fui porque não tinha estramporte”</p>
	Trabalho	<p>(A1) “Não me dão trabalho”, “sim (...) por causa do rendimento mínimo (...)”, “na agricultura”</p> <p>(B1) “Não [trabalho]”, “Sim, porque se na tivermos na nos dão o rendimento mínimo (...) nas horas ou para as obras”</p> <p>(A2) “Não [trabalho], “sim [estou inscrita no IEFP]”, “na agricultura para trabalhar no campo, não conseguimos mais nada”</p> <p>(B2) “Não [trabalho], “sim [estou inscrito no IEFP], “agricultura e construção civil”</p> <p>(A3) “não [trabalho], estou em casa a tomar conta dos filhos”, “sim, por causa do rendimento”; “costura”</p> <p>(B3) “agora não trabalho mas há 6 anos estive a trabalhar”; “sim [estou inscrito no IEFP]”; “para fábricas e tratador de cavalos”</p> <p>(A4) “Não (...) estou em casa a tomar conta dos meus filhos e às vezes não consigo dar conta de tudo”</p> <p>(B4) “Não (...) agora não mas já trabalhei no campo”</p> <p>(A5) “Nunca fiz formação”; “Não trabalho”</p> <p>(A6) “Não trabalho”; [não faço] nada”; “sim, estou inscrita”</p> <p>(B6) “Não faço nada”; “Sim, estou inscrito”</p>
	Procura ativa de emprego	<p>(A1 + B1) “Vai à Junta de Freguesia de Benavente”</p> <p>(A2 + B2) “Vou à Junta de Freguesia”</p> <p>(A3) “Vamos à Junta a Benavente”</p> <p>(B3) “Vamos à Junta”</p>

		<p>(A4) “Sim (...) por via do rendimento e duas vezes por mês tenho que procurar trabalho”</p> <p>(B4) “[procuro] trabalho no campo (...) vou à Junta”</p> <p>(A5) “Somos obrigatórios para receber”; “limpezas, café”</p> <p>(B5) “Cada vez que vou procurar trabalho os que estão nas obras dizem que vão dar o recado ao patrão e que depois chamam”</p> <p>(A6) “Vou à Junta”; “cozinha e ajudante de cozinha, e várias coisas para pessoas sem muito estudo”</p> <p>(B6) “Vamos à Junta de Freguesia”; “jardinagem e agricultura”</p>
	<p>Recetividade dos empregadores</p>	<p>(A1) “Não nos dão trabalho no campo porque somos ciganos e proque na sabemos leri e escreveri”</p> <p>(B1) “Não nos dão trabalho em lado nenhum, nem no campo, proque semos ciganos”</p> <p>(A2) “Quando veem que samos ciganos não nos aceitam nem para fazer limpezas”</p> <p>(B2) “Quando veem que samos ciganos, dizem que nos vão chamar, mas isso não acontece”</p> <p>(A3) “Não sei, nunca procurei emprego”</p> <p>(B3) “Os patrões dizem que vão dar resposta mas depois não ligam porque somos ciganos”</p> <p>(A4) “Trabalhei no campo, porque é o mais fácil para nós que não sabemos ler nem escrever (...) podíamos ser tratados como deve ser, quando veem que somos ciganos não nos dão trabalho, há coisas que sabemos fazer, como limpezas, mas não nos dão trabalho por sermos ciganos”</p> <p>(B4) “Sinto-me discriminado, há preconceito para com a etnia cigana”</p> <p>(A5) “Há alguns que não têm feitio nem bom agrado para nós, são racistas”</p> <p>(A6) “não ligam”</p> <p>(B6) “as pessoas não quer ciganos”</p>
	<p>Significado de ter um emprego</p>	<p>(A1) “ter um trabalhito certo”</p> <p>(B1) “um trabalho como os outros”</p> <p>(A2 + B2) “Muito, o rendimento não chega”</p> <p>(A3) “Ter trabalho é bom, o dinheiro não se ganha à toa (...) e para dar o exemplo aos filhos”</p>

		<p>(B3) “O trabalho é bom para ter dinheiro para sustentar a família (...) ter trabalho fixo é bom”</p> <p>(A4) “Acho que é importante, é sinal que não estamos sempre em casa e que sabemos fazer coisas”</p> <p>(B4) “É uma oportunidade para mudar de vida”</p> <p>(A5) “Estamos a trabalhar e no fim do mês recebemos, para comprar as nossas coisas”</p> <p>(B5) “Para mim o trabalho é bom, é bom sair às tardes para trabalhar e aprender enquanto trabalho”</p> <p>(A6) “Uma mudança pra uma vida melhor, e dar uma vida melhor à minha filhinha”</p> <p>(B6) “É um sustento para a minha família e para ter melhores condições”</p>
	Emprego desejado	<p>(A1) “[Na agricultura, a] apanhar cebolas, batatas e tomates”</p> <p>(B1) “Tenho carta, gostava de ser motorista... mas não de camiões, não tenho essa carta”</p> <p>(A2) “Se soubesse ler e escrever, queria trabalhar a servir cervejas ao balcão”</p> <p>(B2) “Se soubesse ler e escrever, queria ter outro tipo de trabalho (...) nas fábricas, mas eu gostava era de ser jardineiro”</p> <p>(A3) “Gostava de ser cozinheira”</p> <p>(B3) “Tratador de cavalos”</p> <p>(A4) “Gostava de ser costureira”</p> <p>(B4) “Gostava de ser mecânico, mas é complicado porque não sei ler nem escrever”</p> <p>(A5) “Limpezas, café”</p> <p>(B5) “Gostava de trabalhar num café, servir as pessoas com respeito e elas respeitarem-me também”</p> <p>(A6) “ser advogada ou cozinheira profissional”</p> <p>(B6) “Gostava de trabalhar no Pingo Doce, ou ser jogador de futebol”</p>
Cultura cigana	Sentimento em relação à cultura	<p>(A1) “muito orgulho em ser cigana”</p> <p>(B1) “Orgulho de ser cigano”</p> <p>(A2 + B2) “orgulho em ser cigana(o)”</p> <p>(A3) “As coisas evoluíram, estão mais à frente”</p> <p>(B3) “Gosto muito da minha cultura e não trocava por nada deste</p>

		<p>mundo... mas gostava de ter mais oportunidades, não é por ser cigano que não devo ter”</p> <p>(A4) “Muito orgulho”</p> <p>(B4) “Orgulho em ser ciganos”</p> <p>(A5) “Orgulho”</p> <p>(B5) “Normal, orgulho na minha raça”</p> <p>(A6) “orgulho em ser cigana”</p> <p>(B6) “orgulho, sinto-me bem”</p>
	Dificuldades no dia-a-dia	<p>(A1) “quando vamos à loja há muito racismo com os ciganos”</p> <p>(B1) “as pessoas olham para nós de lado por sermos ciganos, há muito racismo”</p> <p>(A2 + B2) “quando vou à loja o segurança anda atrás de nós por sermos ciganos”</p> <p>(A3) “Quando veem que sou cigana desviam-se e olham de lado (...) os ciganos procuram trabalho, mas os outros são racistas”</p> <p>(B3) “Quando vou ao café ou à loja os seguranças andam atrás, a GNR logo vê que somos ciganos manda-nos logo parar”</p> <p>(A4) “Não sinto [discriminação], só quando vou procurar trabalho, não sei porque não nos dão trabalho por sermos ciganos”</p> <p>(B4) “Sinto que olham para mim de lado, nós ciganos ainda não estamos integrados na sociedade”</p> <p>(A5) “Nenhuma”</p> <p>(B5) “Não sente discriminação no dia a dia na rua por ser cigano”</p> <p>(...)</p> <p>(A6) “Sinto muito racismo. As pessoas não colaboram connosco por sermos ciganos.”</p> <p>(B6) “Não sou bem recebido nalguns sítios, na maioria, por ser cigano”</p>
	Mudanças dentro da comunidade	<p>(A1) “gostava que os filhos estudassem mais, proque na nossa cultura aos 18 anos já não estudam mais”</p> <p>(B1) “Os ciganos já mudaram muitas coisas, antigamente não iam à escola e agora já vão”</p> <p>(A2) “As crianças têm de estudar mais, olhe a minha filha tem 18 anos e está grávida (...)”</p> <p>(B2) “As crianças deveriam estudar mais, mas também não</p>

	<p>querem”</p> <p>(A3) “Os ciganos mais novos devem estudar”</p> <p>(B3) “Os ciganos devem estudar mais”</p> <p>(A4) “os ciganos deveriam conviver mais com as outras pessoas, e irem à escola, é isso que quero para os meus filhos”</p> <p>(B4) “Deveriam fazer para se integrarem na sociedade, muitos vivem só no mundo deles (...) os jovens deviam mudar esta atitude, mas muitos pensam que vivem no século XIX”</p> <p>(A5) “As crianças estão a estudar, mas há crianças que não têm motivo”</p> <p>(B5) “Quero que as filhas estudem para ter uma vida melhor”</p> <p>(A6) “Devíamos estudar mais”</p>
Medidas estatais	<p>(A1) “os ciganos deveriam ter casa junto das outras pessoas e que as casas fossem diferentes”</p> <p>(B1) “O Estado devia fazer com os ciganos tivessem os mesmos direitos dos outros, trabalho e casas boas”</p> <p>(A2) “Deviam dar-nos uma vida melhor e casas melhores (...), têm bichos e ratos (...) tenho uma casa de banho que não cabe lá um cão”</p> <p>(B2) “Deviam dar-nos uma vida melhor e casas melhores (...) e sermos tratados como os outros”</p> <p>(A3) “O governo devia dar melhores condições aos ciganos casas melhores, com mais limpeza e outro ambiente”</p> <p>(B3) “Deviam fazer casas melhores para os ciganos, para não vivermos em barracas (...) e para as crianças terem mais privacidade”</p> <p>(A4) “Deveriam dar-nos uma vida melhor e casas melhores, para termos outras condições, mas nós não somos os piores”</p> <p>(B4) “Deviam dar-nos casas melhores, porque há muitos que ainda vivem em barracas sem condições”</p> <p>(A5) “O Estado devia dar trabalho a todos”</p> <p>(B5) [O Estado devia] “dar trabalho à gente”</p> <p>(A6) “Dar igualdade e habitação melhor. E não nos deixem esquecidos, porque somos seres humanos e portugueses, como os outros”</p> <p>(B6) “Gostaria que nos ajudassem para entrarmos na sociedade”</p>